



Educação Patrimonial no Iphan em Goiás: Reflexões, Práticas E Sugestões

Ana Cristina Alves da Silva



ANA CRISTINA ALVES DA SILVA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS:
REFLEXÕES, PRÁTICAS E SUGESTÕES



2022

Autoria

Ana Cristina Alves da Silva

Orientação

Dr. Maria Dailza da Conceição Fagundes

Projeto gráfico/Diagramação/Capa

Gabriela Neres Batista Silva

Revisão


Lia Cristina Ceron

Dados Internacionais de catalogação da publicação (CIP)

Ficha catalográfica

Sumário

Sumário	4
Apresentação	6
1. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás	7
1.1. Histórico	8
1.2. Escritórios técnicos	15
1.3. Sede da Superintendência.....	16
2. Educação Patrimonial no IPHAN Goiás	17
2.1. Trajetória institucional nacional	18
2.2. Projeto Casas do Patrimônio em Goiás	21
2.2.1. Proposta do projeto	21
2.2. 2. Casa do Patrimônio em Goiás	24
2.3 – Projetos e ações do Iphan em Goiás	31
2.3.1. Uma breve introdução	31
2.3.2. Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer	32
2.3.3. Viva e Reviva Goiás	36
2.3.4. Tocando a obra	41
2.3.5. Concurso de redação.....	44
2.3.6. Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero!	46
2.3.7. Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás	51
2.3.8. Portas e Janelas Vão se Abrir	55
2.3.9. Projetos atuais	59
3. Para refletir sobre Educação Patrimonial	61
Considerações finais	66
Referências	67



Uma Educação Patrimonial que parta da diferença e da interculturalidade precisa ser aguerridamente defendida. Não é possível mais se admitir que práticas de patrimonialização mantenham e reproduzam a colonialidade do poder e que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade do saber e do ser.

(Átila Bezerra Tolentino)

Apresentação

Este livro intitulado **Educação Patrimonial no Iphan em Goiás: reflexões, práticas e sugestões** é produto final do mestrado profissional, do Programa de Pós-Graduação em stricto sensu Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). O material apresenta uma síntese das discussões desenvolvidas no relatório técnico do mesmo mestrado, resultados da pesquisa, identificação, levantamento e análise das ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan em Goiás, sobretudo entre os anos de 2009 e 2021, levando em consideração o Projeto Casas do Patrimônio como um marco institucional da educação patrimonial no órgão. O livro traz ainda um momento destinado a apresentar algumas discussões acerca de uma educação patrimonial que prime e pretenda ser dialógica, democrática e transversal.

Nunca se abordou tanto a educação patrimonial como atualmente. Todavia, isso não denota necessariamente que o volume de projetos e ações equivalha a um processo que diz sobre a transformação da relação entre a sociedade e o seu patrimônio cultural. Diante disso, a essência da problemática “está no fato de que tais ações não transformam a realidade sobre a qual elas pretendem agir, justamente porque não foram concebidas para isso. Por isso a necessidade de uma **nova pedagogia do patrimônio**” (SCIFONI, 2015, p. 205). Assim, continua sendo necessário falar sobre Educação Patrimonial, mas agora atentando-se e refletindo acerca dessas questões.

Com efeito, a sistematização e a divulgação desse material foram pensadas e têm um público específico. É destinado, sobretudo, ao Iphan, mas também a comunidade em geral, especialistas, pesquisadores e demais interessados pelo tema. Aliás, foi desenvolvida considerando as especificidades do momento produzidas pela pandemia do Covid-19 e o novo normal, no qual o contato e as atividades cotidianas ficaram quase que limitados ao mundo virtual e suas ferramentas. Nesse sentido, o livro digital foi um recurso encontrado para apresentar os resultados obtidos e garantir um maior acesso a esse material.

Assim, espera-se, com essa publicação, não tão somente divulgar a sistematização dos resultados de uma pesquisa, e a trajetória do Iphan em Goiás, principalmente na execução de ações de educação patrimonial voltadas à preservação e à valorização do patrimônio cultural da unidade federativa. Mas, objetiva-se também ressaltar a importância da prática de educação patrimonial no tocante aos processos de preservação, e em relação à dinâmica que pode ser estabelecida entre sujeito e seu patrimônio cultural. Ademais, a proposta centra-se também em refletir sobre o que se convencionou chamar de educação patrimonial.

CAPÍTULO 01



Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário - Pirenópolis.
Fonte: IPHAN/Silvio Cavalcante.

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL EM GOIÁS

1.1. Histórico

O primeiro passo concreto na direção da institucionalização para a preservação do patrimônio cultural no Brasil iniciou-se com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas. Para tanto, primeiramente, Mario de Andrade a pedido do ministro Gustavo Capanema elaborou o anteprojeto do serviço. E assim, “o Sphan começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade. Com a lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Sphan passou a integrar oficialmente a estrutura do MEC e foi criado o conselho consultivo” (FONSECA, 2009, p. 97). Do Sphan até sua denominação que prevalece atualmente como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) observou-se vários rearranjos e dissensos. Foi serviço, departamento, secretaria, instituto, marcando sua trajetória por transformações.

Após passar por essas várias reestruturações políticas-administrativas, o Iphan atualmente organiza sua atuação mediante uma estrutura hierárquica. Nesse organograma, cada Estado da federação possui uma superintendência que é responsável por representar o órgão. O Estado de Goiás detém uma das Superintendências Estaduais, que realiza e coordena o trabalho de preservação e usufruto do patrimônio no estado, isto é, desempenha a função do Instituto no território que circunscreve a unidade federativa, hoje chefiada pelo superintendente Allyson Ribeiro e Silva Cabral.

Contudo, para se chegar à denominação Iphan em Goiás, e até mesmo para que o Estado tivesse uma representação no território, precisou-se esperar por estes desdobramentos de cunho institucional em nível nacional. Esse estabelecimento se deu através de um processo gradativo de instalação e atuação do órgão no Estado de Goiás, no qual a nomenclatura Superintendência do Iphan em Goiás deriva da promulgação do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009 que revogou o de nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que as entendia como Superintendências Regionais.

O Estado de Goiás, além da Superintendência Estadual do Iphan, conserva ainda os Escritórios Técnicos localizados na Cidade de Goiás e em Pirenópolis, configurados como Casas do Patrimônio. Há também uma terceira Casa do Patrimônio que fica instalada na sede da superintendência em Goiás, na cidade de Goiânia, capital do Estado.

Entretanto, antes do Iphan iniciar as suas atividades oficialmente com uma representação em Goiás, os serviços do Instituto já estavam sendo requisitados, porém ainda de modo esporádico realizando alguns tombamentos isolados. Assim, o Iphan iniciou sua atuação em Goiás entre a década de 1940 e 1950 quando realizou alguns tombamentos de edifícios e conjuntos arquitetônicos isolados. O tombamento é um instrumento de preservação do patrimônio material criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que até hoje, após mais de oitenta anos de sua promulgação é aplicado. Caracteriza, assim, pela inscrição do bem em um ou mais Livros do Tombo, previstos no Art. 4º do Decreto-Lei nº 25. De acordo com tal artigo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá

quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, histórico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Arte e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Neles são inscritos os seguintes bens:

- 1º) no Livro do Tombo Arqueológico, histórico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3º) no Livro do Tombo das Belas Arte, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1937).

Antes das inscrições desses bens em um ou mais Livros do Tombo, no entanto, é necessário, para a efetivação do tombamento, seguir alguns procedimentos administrativos. Após a indicação para o tombamento, inicia-se a abertura do processo que perpassa pelo recebimento de dados, como o número e o nome do bem indicado, a cidade e o Estado em que está situado. Mesmo que qualquer indivíduo da sociedade pudesse fazer essa indicação, não foi isso que aconteceu nos primeiros anos de funcionamento do órgão. Em geral, essas foram emitidas pelos agentes da instituição, o que levou a não apresentação nestes processos da motivação da recomendação para o tombamento (CHUVA, 2017).

Em Goiás, entre as primeiras ações nesse sentido, e que marcaram o início da atuação do Iphan no Estado, está o tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Pirenópolis, realizado em 1941. A igreja foi construída entre 1761 e 1763 e diz respeito ao maior edifício religioso encontrado em todo o Centro-Oeste (IPHAN, 2017).

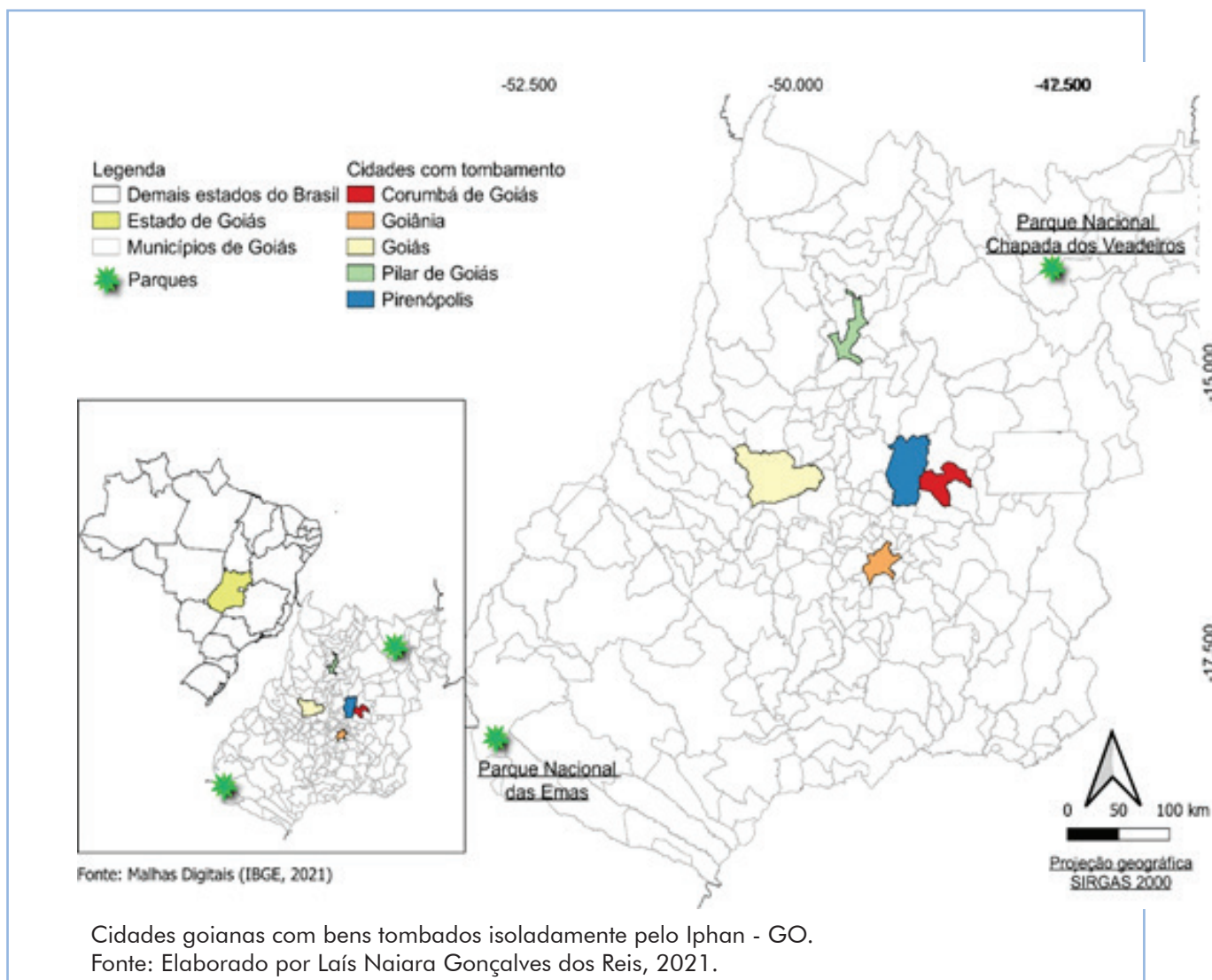
Após Pirenópolis, alguns anos mais tarde, mais especificamente na década de 50 aconteceu alguns tombamentos de edificações na Cidade de Goiás. A então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), tombou na referida cidade em 1950 a partir da inscrição no Livro do Tombo das Belas-Artes, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779) e a Igreja de São Francisco de Paula (construída em 1761). Ainda nesse livro, foi escrita a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790) e a Igreja de Santa Bárbara (1780). Por sua vez no Livro do Tombo Histórico, foi registrado o Quartel do Vinte (1747). Posteriormente em 1951, no Livro do Tombo das Belas-Artes, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundição e do Palácio Conde dos Arcos (edificações contígüas que resultam de adequações feitas em cinco prédios residenciais, com datações que remontam ao do início do século XVIII) (DELGADO, 2005, p. 118).

A partir dessa relação de tombamentos realizadas na cidade de Goiás na década de 50,



Igreja matriz de Pirenópolis.
Fonte: IPHAN/Adélia Soares.

percebe-se que prioritariamente foram indicados e inscritos nos Livros de Tombo os patrimônios edificados que remetem ao poder político, econômico e, sobretudo, religioso da cidade, testemunhos do período colonial. Logo, foi uma seleção fundada na materialidade dos bens e na ideia de nação que se buscava construir para o país. Esses espaços e prédios foram tombados isoladamente pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), não conferindo uma proteção por parte do órgão, e por extensão da a União a toda a cidade, ou ao centro histórico e seu entorno. Vale pontuar que essas intervenções



não ficaram centradas apenas na Cidade de Goiás e Pirenópolis que aqui tiveram exemplos mencionados.

No mapa acima, além de Pirenópolis e Goiás, identificam-se três outras cidades que tiveram edificações tombadas: Pilar de Goiás, Corumbá de Goiás e Goiânia. Observa-se que, exceto Goiânia, todas as outras são cidades coloniais. O que não se caracteriza como uma eventualidade uma vez que a chamada fase heroica do SPHAN estava em conformidade com o projeto que pretendia construir uma ideia de nação. Assim, “o país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens moveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados” (RUBINO, 1996, p.97). E o que aconteceu nessas cidades do Estado de Goiás

não foi nada a mais que a continuidade de uma concepção.

Depois dessa fase com os tombamentos isolados de bens, a atuação do Iphan no Estado prosseguiu e foi tomando força e consistência. Para tanto, foi importante para a conquista da Cidade Goiás do título junto a UNESCO. No ano de 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) conferiu à Cidade de Goiás o título de Patrimônio da Humanidade. Nesse cenário, a performance do Iphan no tombamento e a visibilidade que o espaço recebeu em âmbito nacional colaboraram para que ele fosse reconhecido e visto em nível mundial. Nessa ocasião, o Instituto não agiu sozinho. “O momento conjuntural de elaboração do Plano Diretor e do Dossiê de Goiás caracterizou-se pela aliança entre Iphan, entidades culturais e prefeitura municipal com o objetivo de elaborar propostas para a cidade, orientadas pela preservação do patrimônio histórico” (DELGADO, 2005, p. 132). O Iphan, nesse processo, foi mais um dos colaboradores, mas houve algumas ocasiões em que sua atuação foi indispensável nessa construção.

Durante essa incumbência, no qual foi responsável por ajudar na conquista do título para a Cidade Goiás, o Iphan seguia também dirigindo suas atenções para outras empreitadas no Estado, ou seja, a sua atuação no período não se resumiu apenas a busca pelo título. No que se refere às ações do Instituto em Goiás, nos últimos anos destaca-se o restauro da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Pirenópolis (2006), que levou à recuperação total do antigo edifício. Também na cidade, outra ação de proeminência foi o restabelecimento da ponte sobre o rio das Almas, antiga ponte pênsil que compreende um marco simbólico no que se refere à fundação da cidade. Outro destaque foi a restauração da sede e da capela da Fazenda Babilônia (2007-2008) que possui muros em pedra construídos por pessoas escravizadas. Também sob a supervisão do instituto, ocorreu, na cidade de Corumbá de Goiás, a restauração do Casarão da Cultura (2007) e a ação de restauro e conservação do Convento da Ordem Dominicana (2007). Já em Pilar de Goiás, realizou-se o restauro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (2008). Enquanto em Goiânia, foi executada uma parceria entre o Iphan em Goiás e a Prefeitura Municipal que viabilizou o restauro do trampolim e da mureta do Lago das Rosas, ambos tombados e com datação da década de 1940. O restante do Parque Lago das Rosas passou pela mesma intervenção (IPHAN, 2015).

Nesse mesmo período, a atuação do Iphan em Goiás voltou-se também ao patrimônio imaterial, mas como pode ser notado mais tardiamente do que em relação ao patrimônio material, sobretudo edificado. Isso ocorreu em função de que acompanhando a concepção de patrimônio brasileiro empenhada pelo órgão em nível nacional, o patrimônio imaterial, natural e arqueológico por sua vez, esperou um pouco mais nessa linha de processos para ter reconhecimento e proteção por parte da instituição. Em entrevista concedida em 26 de novembro de 2021, Salma Saddi Waress Paiva relata que:

eu entendo que o Iphan se não caminhar nesse sentido da educação patrimonial é muito difícil alcançar os objetivos dele. E hoje nós trabalhamos muito a questão do patrimônio imaterial, porque, olha só pensa no patrimônio material, pensa no imóvel. O que seria do imóvel sem a alma dele? A alma dele é o imatel

rial. Então, nós passamos a trabalhar muito com o imaterial, a conversar muito sobre as manifestações culturais dos municípios que nós trabalhávamos e é, impressionante o que acontece nesses municípios [...]. Então, o patrimônio material, imaterial ele é fundamental hoje, que a gente faça esse casamento, sem esse casamento fica incompleto. [...] Nada é estático. Muitas pessoas enxergam de uma maneira: alguns são apegados ao patrimônio material ou já conseguem fazer essa leitura junta [...]. (Salma Saddi Waress Paiva, 2021).

Assim sendo, em ações mais recentes, em 2007, a partir de uma parceria com o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), a superintendência do Iphan em Goiás realizou a documentação do Patrimônio imaterial do estado. Assim, foram registrados a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e os bens Ritxòkò: expressão artística e cosmológica dos Karajá e os saberes e as práticas vinculados ao modo de fazer Bonecas Karajá. Ademais, foi feita a proteção do patrimônio arqueológico que atualmente possui 1.246 sítios cadastrados, e também dos parques nacionais, que são os da Chapada dos Veadeiros e das Emas (IPHAN, 2015).

Mais recentemente, ainda em relação a atuação do órgão federal no Estado e novamente com ações voltadas ao patrimônio material a partir do “PAC Cidades Históricas”, programa do governo federal que teve início no ano de 2013, o Iphan em Goiás, conduziu oito obras divididas entre a antiga e atual capital do Estado. Na Cidade de Goiás, realizou a requalificação do Cine Teatro São Joaquim, a restauração do Mercado Municipal e da sede da prefeitura. O órgão procedeu também com a restauração do casarão da Escola de Artes Veiga Vale, a recuperação da Ponte da Cambaúba, a requalificação da Sede da Diocese de Goiás e a instalação do arquivo diocesano. Por sua vez, em Goiânia, no contexto do programa, houve a restauração da Estação Ferroviária e a requalificação da Praça Dr. Predo Ludovico Teixeira/Praça Cívica. Cabe ressaltar que algumas dessas obras foram feitas juntamente ou executadas pelas prefeituras das respectivas cidades (IPHAN, 2019). Ademais, para além dessa atuação voltada a fiscalização, conservação, tombamento, registro, tem se a direcionada a educação patrimonial.



Bonecas Karajá: saber/fazer.
Fonte: IPHAN/Nei Clara de Lima

1.2. Escritórios técnicos

Os Escritórios Técnicos são supervisionados técnica e administrativamente pelas Superintendências a quais estão diretamente subordinados. Ficam situados nas denominadas Cidades Históricas. Para a realização de suas atividades possuem chefia e um corpo técnico. Já a respeito de suas atribuições, o Regimento Interno do Iphan, aprovado com o despacho da Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012 em conformidade com o disposto no Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, diz que a estes espaços competem as seguintes incumbências:

- I - executar, no âmbito de sua circunscrição, as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência a qual estejam subordinados;
- II - Gerenciar, instruir e orientar processos, no âmbito de sua circunscrição e de sua competência;
- III - promover ações de articulação institucional com o poder público e sociedade locais, em consonância com as diretrizes institucionais de articulação, fomento e promoção estabelecidas; e
- IV - propor, elaborar e acompanhar projetos e atividades referentes às ações institucionais, em sua circunscrição e área de competência (BRASIL, 2012, p. 69).

É observado que os Escritórios Técnicos foram pensados para administrar o patrimônio tombado e registrado localmente por intermédio de fiscalização, orientação, gerência do patrimônio cultural e proposição, planejamento, execução de ações voltadas para este e com fins de articulação do órgão com o poder público e a sociedade locais. Ou seja, tais espaços atuam como canais avançados localmente da instituição. Nesse sentido, a Superintendência do Iphan em Goiás conta com duas dessas ramificações locais do órgão para supervisão do patrimônio goiano. O que é um diferencial em relação as demais jurisdições que são responsáveis cada uma por apenas um escritório. Esses estão localizados nos sítios urbanos de **Goiás e Pirenópolis**.

1.3. Sede da Superintendência

A superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico e Nacional em Goiás (Iphan-GO), após um longo período alojado em um imóvel alugado então passou a contar com espaço próprio no ano de 2020. O prédio é da década de 1930, local que abrigada a antiga Delegacia Fiscal e apresenta traços acentuados do estilo *Art Déco*. O espaço foi batizado com o nome da arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio histórico e Cultural da região centro – oeste, Belmira Finageiv. Entretanto, antes de abrigar a sede do Iphan, primeiramente o edifício passou por algumas obras de restauro, para valorizar o estilo arquitetônico ali identificado. Tal obra recebeu investimentos estimados em 11. 56 milhões. O empreendimento durou quatro anos dividido em quatro fase de execução, entre elas a direcionada ao edifício principal, no qual procurou-se valorizar o estilo arquitetônico presente nas luminárias e gradis das janelas em ferro, nos pisos iniciais em granitina e tacos de madeira, nas esquadrias das portas com desenhos geométricos (IPHAN, 2020). Assim, a decisão de mudar de casa e adquirir a sua própria ao mesmo passo que diminuiu os gastos com os alugueis, criou a oportunidade de restaurar um dos exemplares do acervo na cidade do estilo *Art Déco*.

CAPÍTULO 02



Romaria de Carros de Boi da Festa do divino Pai Eterno de Trindade - GO.
Fonte: IPHAN.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
NO IPHAN GOIÁS

2.1. Trajetória institucional nacional

Apesar de costumeiramente a educação patrimonial no Brasil ser vinculada a um momento específico, para alguns espaços museológicos as ações educativas não eram uma novidade. “Esse entendimento, ainda que não lançasse mão da expressão em debate, estava presente em práticas museológicas do século XIX e no serviço educativo do Museu Nacional, formalmente criado em 1926” (CHAGAS, 2006, p.5). Todavia, quando se fala sobre a educação patrimonial no Brasil, duas experiências são frequentemente recuperadas pelos pesquisadores do campo: o **Projeto Interação** e a introdução do termo “educação patrimonial” no país, durante Seminário em Petrópolis – RJ, ambas datadas da década de 1980.

No início da década de 1980, em paralelo com a propagação da expressão “educação patrimonial” realizada durante o seminário de Petrópolis, destaca-se o *Projeto Interação*, originalmente divulgado em um seminário que contou com a presença de representantes de órgãos vinculados à então Secretaria da Cultura do MEC. A apresentação aconteceu em 1981 em Brasília. O projeto em si ocorreu em diferentes localidades do país, mas a ele não foi oferecida a perceptibilidade e atenção merecida, mesmo com o seu pioneirismo no que tange as suas concepções e práticas. Sua origem volta-se as experiências de trabalho e atuação realizadas no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC (TOLENTINO, 2016, p. 41-42; FLORÊNCIO et al, 2014, p. 8)

A experiência aproxima-se, de certo modo, do que atualmente o Iphan defende como sendo educação patrimonial. Contudo, como pontuado, o Projeto Interação não alcançou o reconhecimento necessário e por outro lado a concepção vinculada ao termo apresentado durante o Seminário em Petrópolis conseguiu se estabelecer. Não diferentemente, a autora responsável pela introdução do termo, mais de quinze anos após a ocasião, lançou, em 1999, juntamente com Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro uma publicação que se tornaria referência para as práticas: o **Guia básico de educação patrimonial**.

A concepção de educação patrimonial nele apresentado foi seguida e reproduzida por um longo período, encontrando ainda hoje quem a tome por base. Entretanto, apesar de sua grande reprodução e de até hoje estar presente em algumas ações educativas, a concepção de Educação Patrimonial apresentada na publicação começou a receber críticas, principalmente quando se refere à “alfabetização cultural” (OLIVEIRA, 2019, p. 36-37). Tal ideia de alfabetizar culturalmente não considera a comunidade como detentora e produtora de cultura. Assim, reduz o outro a alguém que deve receber informações e que está ali para aprender sobre sua própria cultura, o que Paulo Freire (1987) chamaria de uma “educação bancária”. “Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que se julgam nada saber” (FREIRE, 1987, p. 33). Seriam assim, vazios de conhecimentos, em que o outro deveria realizar um ato de doação e depositar e/ou transmitir tais saberes a aqueles.

Em 2002, ainda sobre a extensão temporal de influência do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), mas por outro lado, representando um importante marco legal no sen-

tido de encaminhar a institucionalização da educação patrimonial no campo das práticas preservacionistas, foi estabelecida a ratificação de uma portaria no cenário da Arqueologia Preventiva, também conhecida como Arqueologia de Contrato. Trata-se da **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002** instituída pelo Iphan. A Portaria compatibiliza as etapas do licenciamento ambiental nas fases da pesquisa arqueológica. Nesse sentido, ao indicar dentro das fases dos desenvolvimentos dos estudos arqueológicos o programa de educação patrimonial, atribui a ele um caráter de obrigatoriedade a partir de então na arqueologia preventiva. Com efeito, com a publicação da Portaria nº 230, entre 2003 e 2013, foram emitidas no Diário Oficial da União 8013 portarias de pesquisas, entre as quais 6961 são consideradas válidas para essa análise (WICHERS, 2015, p. 112). Isto é, contribuindo, assim, para o aumento de ações e projetos de educação patrimonial no país.

Pouco tempo depois da publicação da portaria supracitada, mas especificamente em 2004 foi testemunhada e iniciada uma nova fase da educação patrimonial. Em função da demanda de estabelecer uma maior sistematização das ações educativas no contexto das políticas preservacionistas, o Iphan, a partir do seu setor de promoção, iniciou uma movimentação no sentido de consolidar uma área específica direcionada às ações educativas vinculadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Nessa esteira, em 2004, o Decreto nº 5.040/04 concebeu uma unidade administrativa, a Coordenação- Geral de Promoção (Cogeprom), encarregada por promover uma série de iniciativas e eventos. Constavam como objetivos desses marcos programáticos discutir diretrizes teóricas e conceituais, assim como eixos temáticos norteadores. Aliás, era intuito também materializar coletivamente documentos e propostas com fins de encaminhamentos e de encorajar o fomento à produção e multiplicação de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com múltiplas instâncias da sociedade civil (FLORÊNCIO, et al, 2014, p. 14).

Como observado, a Cogegom por extensão a Geduc, datada de 2004, realizou algumas atividades relevantes, antes do estabelecimento da Ceduc. Alguns desses marcos programáticos promovidos pela unidade a partir dessa data foram: **“Reunião Técnica de Educação Patrimonial”**, em Pirenópolis - GO, em 2004, o **“I Encontro Nacional de Educação Patrimonial”** (ENEP), em São Cristóvão - SE, em 2005, logo, dando passos iniciais e expressivos em direção a uma Política Nacional de Educação Patrimonial (SOUZA, THOMPSON, 2015, p.157).

Passados alguns anos, mas especificamente em 2009 foi criada a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), sediada em Brasília com sua vinculação ao Departamento de Apoio e Fomento (DAF) a partir Decreto n.6844, de 7 de maio daquele ano. Com efeito a criação da Ceduc tinha como objetivo assegurar internamente na instituição um setor de viés central que estivesse destinado a realizar, no que se refere aos programas e projetos de Educação patrimonial, a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação destes. Atualmente, com a reorganização e transformações desencadeadas pelo Decreto n.9238, de 15 de dezembro de 2017, que apresenta algumas providências dentre elas a criação do Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), o Núcleo de Educação Patrimonial se encontra na estrutura da Coordenação de Fomento, Educação Patrimonial e Redes (Cofer), que, por sua vez, está dentro da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional

(Cogecon). (FLORÊNCIO, 2019, p. 58-59).

Em 2009, a então Ceduc, atualmente Núcleo de Educação Patrimonial, deu continuidade à série de eventos programáticos relativos à educação patrimonial que tiveram início em 2004 com a criação da Coordenação - Geral de Promoção (Cogeprom), e por extensão, a Gerência de Projetos e Educação (Geduc). De acordo com Biondo (2016, p. 54), são alguns destes marcos que procuravam a consolidação e adensamento dessa área: **“Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio”**, em 2008; **“I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”**, em 2009, em Nova Olinda -CE; **“II Encontro Nacional de Educação Patrimonial”**, em 2011, em Ouro Preto - MG; **“Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural sobre Práticas e Reflexões”**, em 2013, também em Ouro Preto - MG; **“Seminário de 33 anos do Projeto Interação”**, em 2014, em Brasília - DF, e, por fim, mais um evento em Ouro Preto – MG **“Seminário de Educação Patrimonial na Arqueologia”**, em 2015.

A partir de alguns desses marcos programáticos realizados pela Ceduc iniciou a consolidação e apresentação da ideia do Projeto Casas do Patrimônio, implantado em 2009 e considerado um dos marcos institucionais da educação patrimonial no âmbito do Iphan. Não ficando limitada a instalação de um espaço, “as Casas do Patrimônio têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada de ações educativas e de construção das políticas públicas de patrimônio cultural” (IPHAN, 2015, p. 502). Esse mesmo projeto passou a partir de então a ser abordado na maioria das menções de educação patrimonial feitas pelos Iphan.

Diante de toda essa movimentação e desdobramentos observados no campo da educação patrimonial ao longo destes anos e já inaugurando um outro contexto histórico-conceitual da expressão “educação patrimonial” foi produzido pela Ceduc do DAF/Iphan e lançada em versão digital em 2014 a publicação **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Essa obra foi organizada para ser “um marco institucional que referencie as ações e experiências no âmbito da Educação Patrimonial, de forma a articular de maneira participativa as unidades do Iphan, outras instâncias governamentais e a sociedade civil como agentes de uma política com abrangência nacional” (IPHAN, 2014). A referida obra traz em suas páginas entre outros elementos, a atual conceituação de educação patrimonial utilizada e proposta pelo Iphan. Além do mais, seu conteúdo reitera o proposto na *Carta de Nova Olinda* (2009) em relação às Casas do Patrimônio.

À vista disso, mais recentemente, uma aquisição relevante que pode ser elencada em nível institucional para o setor é a **Portaria nº 137, de abril de 2016**. Nesse documento são estabelecidas as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Ademais, além de estabelecer tais diretrizes, indica as publicações referenciais para o campo: **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos** (2014) aqui já mencionada e **Educação Patrimonial: inventários participativos** (2016)

Com efeito, como pontuado e estabelecido na portaria em discussão, uma das publicações referenciais, também um marco para a educação patrimonial institucionalmente é

a obra ***Educação Patrimonial: inventários participativos*** (2016). Esse livro, assim como a própria portaria que à cita, tornou-se pública em 2016. Nesse ano o Iphan tomando por base metodológicas, instrumentos já existentes em seu âmbito, vide o Inventários Nacional de Referências Culturais – INRC e o Inventário Pedagógico – Programa Mais Educação (MEC) elaborou e publicou a partir dessa primeira ferramenta o material *Educação Patrimonial: Inventários Participativos, Manual de Aplicação* (2016) que versa como uma “ferramenta de educação patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais” (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 5).

Há pouco tempo, outra aquisição obtida a partir de dispositivos legais foi no sentido da educação patrimonial ter sido elevada a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material paralelamente aos tradicionais e estabelecidos processos de identificação, proteção, e demais outros. Acesso esse instituído a partir da **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018** (OLIVEIRA, 2019, p. 41).

Esses marcos programáticos, legais, institucionais e referências foram dando o tom da educação patrimonial, sobretudo no âmbito do Iphan e que permitiram atualmente avanços nas discussões acerca da temática e refletir a importância dessa nos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural. Aliás, que permitiram hoje compreender a necessidade de que essa busque ser dialógica, democrática e transversal e assim volte-se com mais atenção aos sujeitos nesses processos.

2.2. Projeto Casas do Patrimônio em Goiás

2.2.1. Proposta do projeto

A proposta do projeto Casas do Patrimônio surgiu como fruto de discussões institucionais internas no Iphan. O projeto a princípio foi concebido no Depam e depois manifestado nas definições e metas firmadas mediante o planejamento estratégico do órgão federal realizado no ano de 2007, em que houve a participação dos departamentos e superintendências. Não obstante, começou a ser estabelecida com diferenças conceituais em relação ao que foi implementado. A ideia era que inicialmente a Casa seria uma agência cultural local, não direcionada as ações educativas. Porém, depois de um processo marcado por uma construção coletiva, com eventos programáticos organizados pela Ceduc, as Casas do Patrimônio foram elevadas a proposta oficial para o desenvolvimento das ações de educação patrimonial no Iphan (OLIVEIRA, 2019, p. 49).

Nesse sentido, de acordo com o Iphan, as Casas do Patrimônio, nasceram do objetivo de dilatar a capilaridade institucional do órgão e também conectar ambientes que realizam práticas e atividades de perfil educativo que para tanto tenham como princípio a valorização

do patrimônio cultural. Assim, o projeto versa sobre a demanda do órgão de instituir, segundo uma concepção transversal e dialógica, novos modos de se relacionar com a sociedade civil e com os poderes públicos locais. Distante de se resumir à instalação de um espaço físico, logo, antes de mais nada, correspondem a uma empreitada desafiadora que consiste em expandir os espaços de diálogo com a sociedade por intermédio da educação patrimonial e, assim, multiplicar pontos de gestão compartilhada e de elaboração de políticas públicas de patrimônio cultural (FLORÊNCIO, 2019, p. 73-74). Com efeito, consideradas assim como um dos marcos institucionais da educação patrimonial no Iphan.

Na teoria e a princípio, as “Casas do patrimônio” que conseguissem ser implementadas deveriam formar a “Rede das Casas do Patrimônio”, um jeito pensado pela Ceduc para interligar esses espaços. A rede foi pensada para que fosse instituída a partir de uma série de mecanismos, com criação de site integrado das Casas do Patrimônio; visitas técnicas periódicas entre Casas do Patrimônio para compartilhamento de experiências, englobando estágios e residências criativas; circulação de informações, publicações editoriais e exposições; fórum permanente de debates, presenciais e periódicos; seminário nacional anual, para avaliação dos espaços implantados; formulação de banco de dados, referente as ações referenciais em educação patrimonial (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 7-8). Assim, permitindo que não fossem projetos funcionando de forma isoladas, sem qualquer respaldo e conhecimento por parte da Ceduc.

Contudo, apesar da proposta em sua totalidade parecer promissora e instigante, a sua vida institucionalmente não foi fácil desde o princípio. Isso se passa em função da reestruturação do Iphan em 2009 não ter garantido, grandes mudanças para o setor da educação patrimonial e consequentemente o estabelecimento da coordenação a partir dessa mudança não produziu “articulação política para definição e fortalecimento da área. Na verdade [...] a Ceduc não existe oficialmente, não está explícita na estrutura do DAF como tal, mas sim definida como coordenação, genericamente” (OLIVEIRA, 2011, p. 28). Mas ela não se resume a esse fato isolado, a instabilidade e falta de fortalecimento institucional da Ceduc no decorrer dos anos continuaram refletindo sobre o projeto em questão. Nesse sentido, o historiador Fernando Pascuotte Siviero (2014, p. 75), aborda a ocorrência de engavetamento de portarias no tocante a educação patrimonial e “congelamento” do projeto das Casas do Patrimônio realizadas entre o final de 2011 e princípio de 2013 pela então diretoria do DAF. Assim, indicando que a continuidade das Casas do patrimônio era ameaçada a cada mudança administrativa, estrutural ou política.

Nessa perspectiva, pode se dizer que as instabilidades produzidas por essas e outras questões levaram o projeto das “Casas do Patrimônio” a enfrentar um segundo momento institucional. A consolidação não veio do modo esperado e então, sua estrutura acabou por ser repensada, portanto, algumas mudanças ocorreram e, atualmente, o Projeto Casas do Patrimônio passou a ser denominado Redes do Patrimônio a partir de 2014.

Isso foi possível com o transcorrer dos anos e a articulação estabelecida entre o Núcleo de Educação patrimonial e as Redes do Patrimônio terem facilitado constatar a necessidade de organizar um modelo de implantação que determinasse as características centrais do projeto, tendo em vista não somente o restauro de edificações e a disponibilidade para

desenvolver ações de caráter educativo e de promoção, e sim um modelo de cooperação em rede. Nesse sentido, atualmente o desenho institucional do projeto em questão é estruturado dessa forma: ciclo de implantação, continuidade e monitoramento. Para tanto, a Redes do Patrimônio se incorporaram do Acordo de Cooperação Técnica, estabelecido na Portaria nº 29, de 2014. E no início do ano de 2014 este começou a ser concebido como um instrumento de tonificação do projeto e das cooperações efetivadas, logo, então foi determinado e aperfeiçoado pelo NCE, em um ciclo contendo cinco etapas que possibilitariam qualificar um espaço como sendo uma Rede do Patrimônio do Iphan e, assim, adequado para ser implantado como tal, são eles: planejamento, chamada pública, oficina de implantação, plano de trabalho e por último o acordo de cooperação (FLORÊNCIO, 2019, p. 76-77).

Deste modo as principais diferenças observadas do projeto inicial Casas do Patrimônio para a então segunda fase com as chamadas Redes do Patrimônio foram basicamente que neste segundo momento a proposta começou a contar com a estruturação de um modelo para orientar a implantação dessas, visando sobretudo uma cooperação em rede. Diante disso, passou a se respaldar em um documento que firma essas parcerias, o Acordo de Cooperação Técnica- ACT. Isto é, levando em conta o atual modelo para ser considerado como Casa do Patrimônio supõem que tenha passado por esse processo, finalizando com a assinatura do acordo de cooperação técnica. Atentando para esse ponto nota-se que segundo a **Carta ao Cidadão**, documento formulado em 2014 que são dezenove “Casas do Patrimônio” implementadas na relação destes espaços, das quais três delas são situadas no Estado de Goiás. Por sua vez, no site oficial do Iphan são identificados um número menor, mas especificamente dezessete Casas, ou seja, revelando uma inconsistência na indicação dos espaços que compõem o projeto. Segundo informações obtidas por Fernanda Gabriela Biondo (2016) com a atual coordenadora de educação patrimonial do Iphan, Sônia Regina Rampim Florêncio, essas Casas do Patrimônio foram identificadas por “auto-declaração”

Estas foram identificadas por “auto-declaração” das unidades do Iphan no país, ou seja, Escritórios Técnicos ou Superintendências do Iphan nos Estados que declararam atuar em conformidade com as diretrizes propostas pelo Iphan para as CP. A maioria destas CP, no entanto, não teria estabelecido articulação com sociedade civil e poderes públicos locais, no sentido de sistematizar e operacionalizar um plano de trabalho integrado e coletivo para ações educativas de valorização do patrimônio local, conforme proposto por este novo modelo de implantação institucional (FLORÊNCIO, 2015 apud BIONDO, 2016, p. 90-91).

Assim, pode se interpretar em um primeiro momento que o fato de estar arrolado no site ou mesmo indicado como Casas do Patrimônio no documento supracitado não significa necessariamente que tenham assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) e, portanto, que tenham acompanhado o modelo atual citado que qualificaria esse espaço como uma das casas. A propósito, dessa forma, obtêm-se esclarecimento em partes para essa inconstância

no número de Casas apresentadas nas publicações do Iphan.

Além do mais, uma grande parcela da existência desse projeto institucionalmente foi marcada pela ausência de um marco legal que o consolidasse, por muito tempo ficando respaldado apenas pelo regulamento interno do Iphan. O dispositivo legal por sua vez, só foi estabelecido no ano de 2016, representando uma significativa conquista para os processos administrativos e para a proposta das Casas do Patrimônio no setor. De fato, permitiu-lhe um aparente fortalecimento. Trata-se da Portaria nº 137, de abril de 2016. Como é de conhecimento, ela estabelece as diretrizes para a educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. De acordo o art. 6º da supracitada portaria, são objetivos das Casas do Patrimônio:

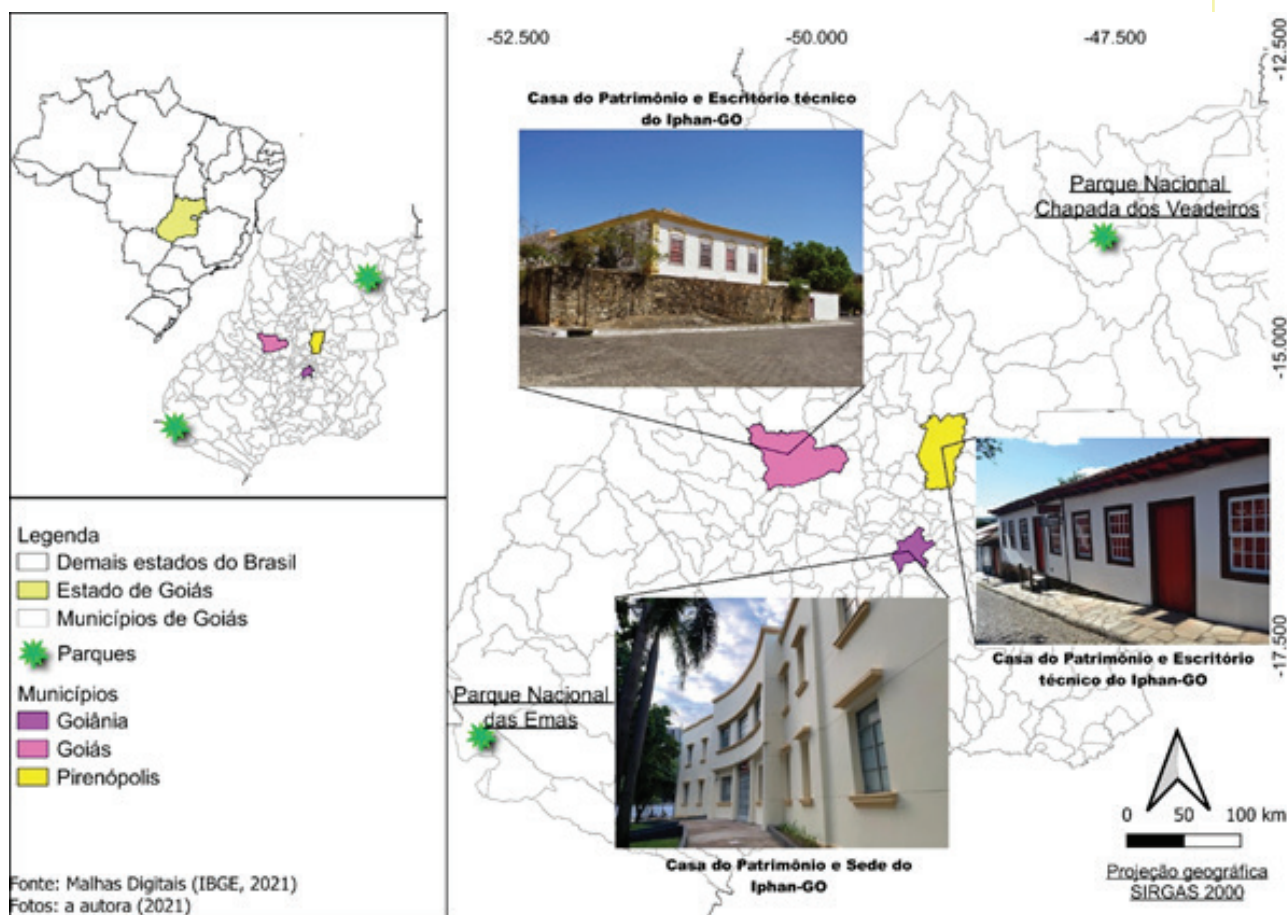
I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial; II - Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural; III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas; V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe (IPHAN, 2016).

Objetivos esses, que em sua origem são os mesmos identificados na **Carta de Nova Olinda** (2009), mas com o diferencial de terem sido dispostos a partir de uma legislação, neste caso em particular uma portaria que determina as diretrizes norteadoras que regularam o funcionamento desses espaços. A organização e o funcionamento dessas, dando-se por meio de parceria, a ser formada por Acordo de Cooperação Técnica- ACT, com critérios definidos pela CEDUC/COGEDIP/DAF.

Ademais, é um projeto com potencial para colaborar com a educação patrimonial institucionalmente no que diz respeito ao seu fortalecimento. Entretanto, não fluiu de forma tão promissora e algumas ocasiões mais resistindo as ameaças de descontinuidade do que conseguindo exercer minimamente seu objetivo.

2.2. 2. Casa do Patrimônio em Goiás

A jurisdição do Iphan em Goiás conta com três Casas do Patrimônio, uma na atual capital do Estado, Goiânia, um na antiga capital do mesmo, Goiás e uma terceira em Pirenópolis. Localizações que podem ser apresentadas como estratégicas quando se trata das questões patrimoniais na unidade federativa.



A Casa do Patrimônio na cidade de **Goiânia** está instalada em um edifício da década de 1930, que abrigava a antiga Delegacia Fiscal. A referida edificação apresenta traços acentuados do estilo *Art Déco* e justamente com objetivo de abrigar a sede do Iphan no Estado de Goiás, o local passou por algumas obras de restauro, que tiveram a duração de quatro anos para valorizar o estilo arquitetônico ali identificado, assim podendo também acondicionar a Casa do Patrimônio. O espaço foi batizado como o nome da arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região centro-oeste, Belmira Finageiv. Deste modo, foi denominado da seguinte forma: Casa do Patrimônio Belmira Finageiv. Nesse sentido, além de ser um espaço adaptado para ser a sede do Iphan no Estado de Goiás, ele se manifestou como uma novidade no tocante ao formato de atuação da instituição, funcionando como Casa do Patrimônio e revertendo em uma maior interlocução com a sociedade, especialmente no atendimento e na qualificação de estudantes, parceiros institucionais e da sociedade civil. Assim, o laboratório de arqueologia, o acervo documental e o bibliográfico são acomodados na sede, em Goiânia de forma a fornecer uma área específica para



Casa do Patrimônio de Goiânia.
Fonte: IPHAN/Cléia de Lima, 2020.

atender o público, no sentido de ser um ambiente completamente acessível (IPHAN, 2020).

O espaço de construção em relação ao encontrado nos dois Escritórios Técnicos no Estado é maior, de modo que intencionalmente ou não a diferença reflete a estrutura hierárquica do órgão, em que os escritórios são subordinados administrativamente a superintendência. Seu diferencial também é marcado a partir do estilo arquitetônico presente no prédio que destoa do presenciado nos escritórios, que remete ao estilo que prevaleceu na edificação da nova Capital do Estado, o *Art Déco*, assim conferindo um estilo arquitetônico mais atual do que o indetificado nas construções históricas que abrigam os Escritórios Técnicos na Cidade de Goiás e em Pirenópolis.

Na Cidade de **Goiás** a Casa do Patrimônio encontra-se alojada na chamada Casa do Bispo, um típico exemplar da arquitetura civil, feito em adobe e taipa, com telhado colonial, inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, em 1978, a partir de tombamento em nível federal. A edificação foi construída sobre arrimo de pedra próxima ao Rio Vermelho e em frente à Igreja São Francisco de Paula, à conferindo implantação em um ponto privilegiado. Atualmente, além de no prédio funcionar a Casa do Patrimônio, com a biblioteca aberta para a comunidade, salas de exposições e o desenvolvimento de ações direcionadas à educação patrimonial, o espaço abriga primeiramente o Escritório Técnico do Iphan e suas funções administrativas (IPHAN, 2010, p. 34).

Sua arquitetura, é harmônica em relação às observadas em outras construções do Centro Histórico, logo, de modo que não destoa significativamente das demais em quesitos estilísticos. Por outro lado, o edifício por estar localizado em uma elevação de terreno sobre arrimo de pedra permite ao visitante do espaço ter uma visão privilegiada do Rio Vermelho, encontrado a poucos metros de distância da edificação. Com efeito, como pode-se ser notado da sacada do prédio suas margens e poços já não contam com uma movimentação tão intensa. Isto é, não há a presença de atividades que outrora eram realizadas, apesar de preservar diversas memórias, de acordo com Britto (2014), relacionadas aos sujeitos e as suas atividades: banho, piqueniques e lavagem de roupa. “[...] sua presença aflora sensibilidades e marca intensamente os mapas emocionais e cognitivos dos agentes, constituindo em um dos seus maiores legados: patrimônio que sustenta outros patrimônios” (BRITTO, 2014, p. 1001).

Assim, não diferentemente no transcorrer das décadas, tornou-se um gatilho para sentimentos e memórias. Nesse sentido, tornou-se um lugar oportuno e porque não estratégico para estabelecer atividades do Iphan, que podem ser pensadas a partir desse conjunto de fatores que permitem que o prédio se destaque na paisagem e favoreça que habitantes e visitantes identifiquem a presença do Iphan na Cidade e as atividades da Casa do Patrimônio no local.

Em **Pirenópolis**, a Casa do Patrimônio está estabelecida em um prédio que é caracterizado por uma construção com base em procedimentos tradicionais da arquitetura vernácula de Goiás. São pisos de tábuas sobre barrotes, pilares de madeira na estrutura e adobe nas vedações. No local, além da Casa funciona também um dos Escritórios Técnicos do Iphan em Goiás, logo, tendo em vista ser uma das Casa do Patrimônio são desenvolvidas algumas



Casa do Patrimônio de Goiás.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

atividades voltadas à educação patrimonial, oferecendo a população local, biblioteca e espaço para exposições. (IPHAN, 2010, p. 37).

Ainda sobre sua arquitetura, diferentemente do que pode se pensar em um primeiro momento, é semelhante às observadas no restante do centro histórico da cidade e possui uma estrutura consideravelmente ampla. Contudo, em termos de extensão ao realizar essa comparação, ressalta-se que é menor do que a apresentada pela sede do Iphan em Goiânia.

Por sua vez a localização do edifício é favorável às atividades ali desenvolvidas, em razão de estar no centro histórico da cidade, logo permitindo que habitantes e turistas notem a presença do órgão no local a partir desse espaço e das atividades que estão sendo realizadas no lugar enquanto Casa do Patrimônio e/ou Escritório Técnico. Todavia, o prédio, em função de ter uma arquitetura semelhante a outras edificações, facilmente pode ser confundido ou considerado um imóvel residencial, ou seja, por si só, não se destaca em relação aos outros. Neste caso, essa questão é solucionada com a movimentação dos servidores ao executar suas funções neste ambiente, ao mesmo passo que garante que desempenhe seu papel estratégico.

Observando esses aspectos, as três Casas do Patrimônio possuem um ponto em comum entre si que condiz à localização que pode ser dita como estratégica: todas elas estão acondicionadas no centro de suas cidades, de modo que favorecem que sejam espaços que aproxime o Iphan da comunidade local. Em Pirenópolis e na Cidade Goiás, elas estão mais especificamente no centro histórico, locais que por essa razão geralmente vivenciam um fluxo grande de moradores, e sobretudo de turistas, tendo potencial assim de fator para auxiliar em um engajamento mais facilitado da comunidade nas ações de educação patrimonial que são ofertadas nesses lugares.

Embora, de forma que pode ser dita unânime, os servidores e ex servidores do Iphan em Goiás tenham ressaltado que antes mesmo da criação e implantação do projeto Casas do patrimônio a superintendência já desenvolvia um trabalho semelhante ao proposto pelo projeto das Casas. Sobre essa questão, em entrevista realizada em 05 de janeiro de 2022, Beatriz Otto de Santana afirma que:

Tem duas Casas de Patrimônio. As nossas Casas sempre foram Casas de patrimônio, as sedes do Iphan... uma porque tradicionalmente o Iphan sempre ocupou espaços de referência nas paisagens urbanas tombadas, prédios de referência, prédios históricos. Como eu falei, para Goiás não foi nada demais, era tudo que a gente fazia, que era abrir nossa casa para fazer as atividades que a gente já fazia, os seminários, os cursos, os encontros, receber grupos de alunos, possibilitar nossa Casa como centro de pesquisa. Então, todos os nossos Escritórios Técnicos, os arquivos, biblioteca eram franquizados à pesquisa [...] A nossa casa na prática sempre foi Casa do Patrimônio, a gente sempre recebeu grupo, a gente sempre fez atividades, a gente primou



Casa do Patrimônio de Pirenópolis.
Fonte: IPHAN/Isabella Atayde Henrique.

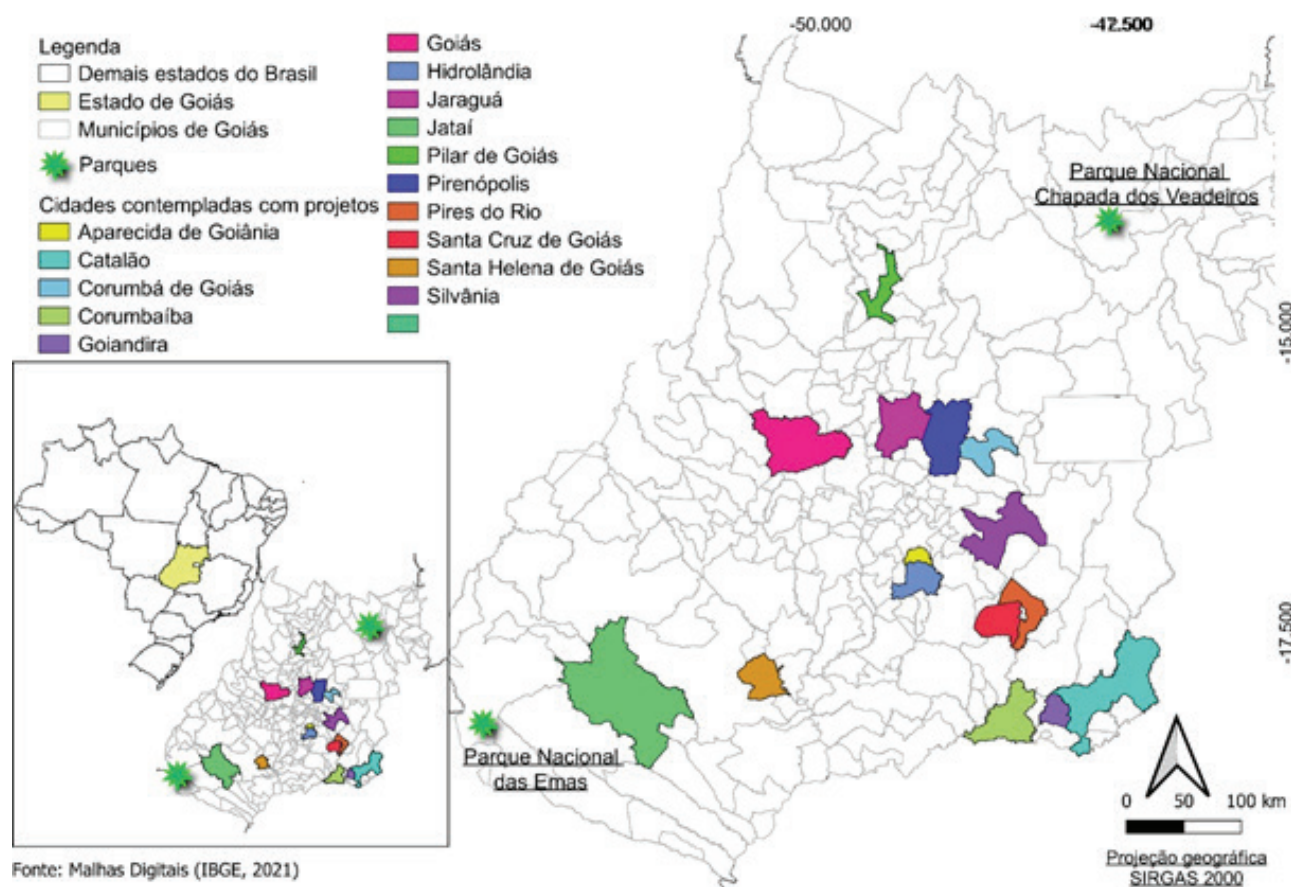
por buscar essa aproximação. O que foi pensado na época, que todas as unidades do Iphan tinham que ser Casa do Patrimônio por excelência [...] (Beatriz Otto de Santana, 2022).

Nesse sentido, pode se dizer que o Projeto Casas do Patrimônio validou e fortaleceu uma prática já instituída na jurisdição do Iphan em Goiás. Entende-se que era a prática era uma constante no cotidiano da mesma, apenas não sendo conceituada e se apresentando na forma de um projeto em nível nacional e/ou direcionado pela sede do órgão.

2.3 – Projetos e ações do Iphan em Goiás

2.3.1. Uma breve introdução

Após a introdução do termo educação patrimonial no Brasil na década de 80, inúmeras ações começaram a ser desenvolvidas pelo país, sobretudo no âmbito do Iphan. Assim, as superintendências do órgão passaram cada qual a promover projetos de Educação Patrimo



Cidades contempladas com projetos de educação patrimonial do Iphan-GO.

Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

nial em suas jurisdições. Partindo dessa premissa foram desenvolvidos pelo Iphan no Estado de Goiás ou contaram com sua parceria para a execução: **Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer; Viva e reviva Goiás; Concurso de Redação na Cidade de Goiás, Educação patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio para que te quero!; Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás; Tocando a obra; Porta e janelas vão se abrir; Roteiro Cultural Praça Cívica; Cine Cult no almoço; Quintal do Patrimônio.**

Esses projetos tiveram início em três momentos. São eles antes da implantação do *Projeto Casas do Patrimônio*, em 2009, que estabelece um parâmetro para as práticas com a introdução de novas discussões acerca da educação patrimonial no âmbito do Iphan, que inclusive deram origem ao projeto, no contexto de implementação desse, e os que compreendem às ações educativas mais recentes. Esses projetos e ações de educação patrimonial contemplaram quinze cidades goianas.

O que não pode se esquecer, portanto, precisa-se considerar é que nessas quase quatro décadas desde a introdução do termo em questão que, como pontuado anteriormente, ocorreram transformações e discussões que fizeram com que o conceito e seu entendimento não passassem por um processo de estagnação. E esse aspecto em partes pode ser notado nos projetos listados.

2.3.2. Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer

O projeto **Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer** foi a primeira ação educativa que se tem conhecimento desenvolvida pelo Iphan em Goiás. O início de sua execução aconteceu na década de 80, mais especificamente em 1984 em parceria com a escola particular Magali - Centro de Estudos, na Cidade de Goiás com ações destinadas a 3ª série do primeiro grau. Salma Saddi Wares Paiva, em entrevista realizada em 26 de novembro de 2021, afirma que:

Primeiro ano que nós desenvolvemos um projeto de ação educativa em Goiás de educação patrimonial foi em 1984. Nós fizemos uma parceria com a escola Magali Centro de Estudos e fizemos um projeto de educação patrimonial multidisciplinar. Ele fazia parte de português, matemática, de história, de todas as matérias e foi um trabalho fenomenal (Salma Saddi Wares Paiva, 2021).

Os levantamentos dão conta que esse projeto é marcado por sua longevidade, mas mesmo assim, sofreu com alguns intervalos no tocante a sua execução, com uma primeira

experiência em 1984 e seu resgate institucionalmente no ano de 1994. Quando de sua retomada, o público participante foram alunos da 4ª série do 1º grau da rede estadual, mais precisamente 14 turmas que totalizaram aproximadamente 400 estudantes. Dentre os objetivos desse sobressaem-se: levar ao reconhecimento e à valorização das particularidades da Cidade de Goiás enquanto cidade histórica sob proteção do Estado; desenvolver uma ação consciente em torno da preservação do patrimônio histórico-cultural, bem como do ecológico-ambiental; e promover o contato com os conceitos de tombamento, patrimônio e preservação (IPHAN, 1995). Para tanto, o Iphan se valeu de algumas parcerias que se ampliaram ao longo da existência desse.

Com base na análise dos projetos *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer* (1995, 1998, 1999, 2000), identifica-se que o Iphan em Goiás pôde contar, para essa ação educativa, com as seguintes escolas e/ou parceiros: **Escolas Particulares**, Magali Centro de Estudos; Colégio Sant' Ana; Colégio Alternativo; **Subsecretaria Regional de Educação**, Escola Estadual Dona Colombina C. de Castro; Escola Estadual Dom Abel; Escola Estadual Constância Gomes; Escola Estadual Mestre Nhola; Escola Estadual Professor Manuel Caiado; Escola Estadual Albion de Castro Curado; Lar São José; Colégio Estadual Prof. Alcides Jubé – com os alunos do curso “Técnico em Magistério” – Nível Médio; Escola Estadual Walter Engel – Colônia de Uva; **Secretaria Municipal de Educação**, Escola Municipal Caiapó; Escola Municipal Sonho Dourado; Escola Municipal Arnupho R. Caiado; Escola Municipal Chapadinha; Escola Municipal Vila Boa; Escola Municipal São Pedro; Escola Municipal Vale do Amanhecer; Escola Municipal Buriti Queimado; Escola Municipal Bezerra; Escola Municipal Santa Bárbara; **Centros Culturais**, Museu Casa de Cora Coralina; Igreja Nossa Senhora D' Abadia; Museu de Arte Sacra da Boa Morte; Museu das Bandeiras; Palácio Conde dos Arcos; Casa do Bispo (sede do Iphan em Goiás); **PROLER**, Programa Nacional de Incentivo à leitura. Organização não governamental que se instalou para as atividades na cidade de Goiás no Museu Casa de Cora Coralina (LISITA, 2008).

O projeto permitiu assim que a superintendência do Iphan no Estado conseguisse estabelecer um número significativo de parcerias, que por sua vez, não ficaram limitadas tão somente às escolas participantes do mesmo. Tendo em vista essas parcerias, mas se apoiando em questões arquitetônicas consideradas singulares apresentadas por algumas edificações dentro do cenário arquitetônico da cidade de Goiás, em 1994 a edição do projeto pré-selecionou o Centro Histórico Tombado, o Museu de Arte Sacra, o Museu das Bandeiras e a Casa de Cora Coralina como referências para desenvolver o trabalho com os estudantes. Quanto às ações programadas com esses bens, ressalta-se: elucidações preliminares com a exposição da proposta nas escolas; percursos a pé orientados; visitas dirigidas; palestras; exercícios de fixação artística e de elaboração de textos (evento de encerramento com festividade). As metodologias de execução eram deliberadas a partir das várias fases de concepção, planejamento, organização, implantação e avaliação de desempenho (IPHAN, 1995).

A fase de implementação naquele ano, foi estruturada e realizada em cinco programas ou momentos, com visitas dirigidas, palestras sobre os bens, atividades realizadas pelos alunos e exposição dos materiais produzidos durante esses. O primeiro programa foi con-

Casa de Cora Coralina: Pintura sobre papel pardo. LEONEL et al,1995.



Igreja com escadaria.

Samuel Ricardo de Sá
Leandro Neves Braga
Christiano Gonçalves Dias
Gleto Antonio Teixeira da Silva
Escola Estadual Mestre Nhilo
- moderno



Museu das Bandeiras

Clara Pereira da Silva
Escola Estadual Dom Abel
- moderno



casinhas com calcamento.

Jaime Flávia Vieira Godinho
Escola Estadual Mestre Nhilo
- contemporâneo

Grua do Anhanguera e Casa

Cláudio Pinheiro de Andrade
Escola Estadual Manuel Cavado
- contemporâneo



Chafariz de cauda.



Ponte da Lagoa

Objetos em argila.

Fonte: LEONEL et al,1995.

struído a partir de visita ao Centro histórico tombado de Goiás, o segundo ao Museu de Arte Sacra, terceiro ao Museu das Bandeiras – MUBAN, quarto momento no Museu e Casa de Cora Coralina e o quinto e último no Cine Teatro São Joaquim. Ao final desses programas, os alunos reproduziam a partir de diversos materiais e texturas, como o giz branco, a cera, a argila, a cartolina, o papel pardo, o lápis crayon, alguns elementos que tinham observado nestes trajetos (IPHAN, 1995).

As metodologias empregadas na execução do projeto *Conhecer para preservar, Preservar para Conhecer* pretendiam, portanto, a partir de trabalhos manuais, estimular os alunos a realizarem uma operação de fixação ou assimilação dos bens que outrora tinham sido pré-selecionados e, por conseguinte, produzir sua internalização. Consequentemente, esperava que os estudantes criassem o desejo de protegê-los.

Em conformidade com essa ideia ou metodologia tem-se o próprio título do projeto *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*. Concepção essa que hoje informa sobre uma série de discussões e críticas. Contudo, que deve ser ponderada, pois em si tratando deste projeto em específico tal pauta e motivo para essa titulação está atrelada ao seu contexto de execução. Isto é, uma das ideias amplamente difundidas na época, fruto de discursos de pesquisadores como Rodrigo Melo Franco de Andrade e que seria conduzida às práticas de educação patrimonial. Tal discurso trazia a convicção de que o conhecimento sobre o patrimônio acarretaria a um sentimento forte de apego aos bens culturais “o que, por sua vez, conduziria necessariamente ao impulso, quase instintivo, da preservação. Nasceu assim, a tríade que fundamentaria a ideia do *Conhecer para preservar*: **Conhecimento, apego, preservação** (SCIFONI, 2019, p. 18).

Todavia, isso não se apresenta como uma regra, pois conhecer não necessariamente provocará um sentimento de apego. Pode-se obter conhecimento, mas mesmo assim não desejar sua preservação ou até mesmo pensar em depredar o patrimônio em questão. Algo que chega até ser usual. “Reflexos que comprovam isso são algumas pichações que encontramos em meio às cidades e centros históricos” (TOLENTINO, 2016, p. 45). Ademais, o jargão em ênfase no título também está ligado à noção de levar conhecimento ao outro quando associada às ações de educação patrimonial, ou seja, oferecendo tons de imposição. Entretanto, não cabe dizer aqui que esse pensamento corresponderia a algo errôneo, mas que na verdade que foi produto das interpretações e das discussões que existiam acerca da educação patrimonial relacionadas ao patrimônio naquele momento. Tempo depois, as discussões foram aprofundadas e colocaram a concepção de educação patrimonial, primeiro a uma fase de questionamento e após a uma nova noção. Para tanto, é essencial ter em mente o movimento conceitual pelo qual o termo passou.

E assim como a expressão apreciou de uma longevidade, o mesmo aconteceu com o projeto *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, em Goiás. A partir de entrevistas com a professora Maria Cristina Portugal e análise documental sobre os projetos e relatórios referentes às edições de 1984 e de 1994 a 2000, a qual teve acesso, Lisita (2008) faz afirmação de que esse projeto foi executado durante 15 anos, mas esses não ininterruptos. Desde o seu início, em 1984, aconteceram dois intervalos: um no período de 1986 a 1987 e outro de 1989 a 1993, sendo relançado em 1994, contabilizando 9 edições do referido

projeto. Ele foi finalizado quando a secretaria de Estado da Educação iniciou o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, em 1999, ocasião em que o Iphan decidiu, portanto, por incorporar-se a essa nova iniciativa.

Houve assim momentos de descontinuidades ao longo dos 15 anos de projeto. Mas isso não impediu que algumas coisas continuassem a fazer parte da ação e nem que novidades envolvessem o mesmo. Nas edições posteriores a seu resgate institucional, continuou-se a priorizar o público da educação formal, adquiriu novos parceiros e, como o próprio documento referente à edição de 1994 apontou, a sua execução abarcou outros núcleos urbano – Pirenópolis e Pilar de Goiás.

No geral a avaliação do *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer* institucionalmente foi positiva, o que não é de se esperar que fosse o contrário, em função de ser marcado pela sua longevidade. Quanto a sua descontinuidade, se deu em opção a uma escolha que favoreceria de algum modo o Iphan naquele dado momento. De modo a exemplificar, pontuam o interesse e o envolvimento dos alunos pela ação educativa, que seria comprovada pela presença maciça dos estudantes na exposição e durante a festividade de encerramento da atividade. Um engajamento que alcançou as famílias dos alunos, corpo docente, instituições públicas e privadas e a comunidade em geral de maneira expressiva.

Outro aspecto que justificaria a avaliação positiva, foi a de considerarmos que foi bem assimilado o valor do patrimônio cultural e ambiental da cidade, assim como a necessidade de preservar estes. Assim, destacam “Passaram a ver Goiás com outros olhos” (IPHAN, 1995). Como meio de ressaltar esse novo olhar que os alunos passaram ter para as categorias trabalhadas e sua importância para a cidade, utilizam de um fragmento escrito por uma estudante da Escola Estadual Mestre Nhola - durante um dos programas, como epígrafe das avaliações e considerações que a coordenação do projeto apresentou em relação aos resultados do mesmo. O trecho é o seguinte: “Como todos sabem, precisamos conhecer para preservar e preservar para conhecer. É muito legal aprender, conhecer e preservar, porque nossa cidade é cheia de conhecimento” (IPHAN, 1995). Trata-se de um fragmento oportuno se paramos para pensar que ele traz as ideias principais propostas pelo projeto, demonstrando assim uma certa assimilação.

Tal avaliação dos resultados do projeto partiu dos trabalhos realizados durante os programas da ação educativa, nos quais se encontra produções artísticas, textos, depoimentos e aplicação de questionário com alunos e professores. Uma avaliação administrada com base em um vasto material, já que de acordo com a equipe somente referente à produção textual foram contabilizados aproximadamente 1.500 textos produzidos pelos estudantes. Assim, é um ponto que externamente pode ser considerado positivo, visto que é essencial que as ações educativas passem por esse processo avaliativo no sentido de construir reflexões e redirecionamentos, mas que muitas das vezes é ignorado.

2.3.3. Viva e Reviva Goiás

Viva e Reviva Goiás é um projeto que foi idealizado no ano de 1999 e, no ano subsequente, em 2000, implantado oficialmente pela Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação (SUED/SEDUC/GO). Esse projeto foi formulado em sintonia e no contexto do movimento em prol da obtenção do título de Patrimônio Mundial junto à UNESCO para a Cidade de Goiás que veio no ano de 2001.

Para tanto, o projeto tinha por objetivo a ressignificação da história goiana, visando colaborar para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos da Cidade de Goiás. A partir da execução e experiência do pré-projeto *Viva e Reviva*, foi estruturada a proposta do *Programa Viva e Reviva*, que passou a ser executado em várias cidades históricas do estado. O referido programa continuou até 2010, quando foi encerrado pelo Governo do Estado de Goiás. Os projetos finalizados e que apresentam dados no site da SEDUC/GO são os seguintes: *Projeto Viva e Reviva Goiás*; *Projeto Viva e Reviva Pirenópolis*; *Projeto Viva e Reviva Pilar*; *Projeto Viva e Reviva Catalão*; *Projeto Viva e Reviva Jaraguá*; *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* e *Projeto Viva e Reviva Jataí* (QUEIROZ, 2021).

Mas como enfatizado, diferentemente do *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*, o mencionado projeto não teve o Iphan à sua frente, mas o órgão foi um dos parceiros na sua realização. Em relação a parceria da instituição no projeto, à época superintendente do Iphan em Goiás, Salma Saddi Wares Paiva afirmou, em entrevista concedida a Lisita, que:

Essa educação para o patrimônio, ela tem se dado de diversas maneiras. Na cidade de Goiás, por exemplo, ela inicia em 84 e até o ano de 2000, ela esteve com apoio total do IPHAN junto ao ensino formal. Depois disso, o Estado assumiu essa competência através do “Viva e Reviva Goiás” e que o IPHAN pretende estar apoiando, ainda não está completamente integrado no programa como deveria, estamos aguardando um estreitamento maior. O IPHAN cedeu ao governo do Estado de Goiás o Quartel do Vinte, para ser o CEP (Centro de Educação Profissionalizante), com esse espírito também de forma a mão de obra local e ao mesmo tempo passar todos esses conceitos e essa discussão entorno do patrimônio. O que é necessário nesse sentido é que nós estejamos sempre atentos para que em todas nossas ações desta questão esteja sendo inserida, a discussão em torno do patrimônio [...]. (LISITA, 2008, p. 199-200).

A então superintendente naquele momento, Salma Saddi confirma, ao passo que reconhece que no projeto em questão o Iphan exercia uma função de coadjuvante. Aliás, salienta que essa parceria ainda não acontecia da forma desejada, pois o instituto não se encontrava totalmente integrado ao projeto, embora se esperasse por isso. Nesse sentido, delineia o

nível de contribuição para a realização desse.

A respeito dessa decisão do Iphan em fazer parte do Viva e Reviva, em entrevista concedida em 26 de novembro de 2021, Salma Saddi revela que com o Projeto Viva e Reviva, “[...] nós entendemos que não teria necessidade de termos dois projetos de educação patrimonial. Com o Viva e Reviva nós pensamos, vamos nos oferecer para participar dele”. Logo, indicando que o Iphan não se incomodava com a situação e procurou atuar realmente como parceiro nessa empreitada da secretaria de educação (Salma Saddi Waress de Paiva, 2021).

Trata-se de um projeto que como seu antecessor e o que não poderia ser diferente estava voltado a educação formal. No plano-piloto do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, isto é, a experiência da proposta na Cidade de Goiás, os subprojetos elaborados e executados pelas escolas participantes foram: Magali Centro de Estudos - **Projeto memorial: Cidade de Goiás**; Lyceu de Goyaz - **Goiás, prazer em conhecer...**; Escola Letras de Alfenim - **Um olhar sobre a cidade**; Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo - **Resgate histórico do bairro João Francisco**; Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo - **Coronel Petrônio: patrimônio da nossa cidade**; Escola Estadual Walter Engel - **Um começo de vida difícil**; Escola Estadual Cora Coralina - **Conheci, agora amo, por isso vou preservar**; Escola Família Agrícola - **Arraial do ferreiro, uma história de ontem e de hoje**; Colégio Estadual Prof. Alcides Jubé - **Goiás canta seus cantos e seus encantos**; Escola Estadual Dom Abel - **Nas trilhas da memória**; Escola Estadual Mestre Nhola - **Redescobrimdo Goiás**; Escola Estadual Prof. Manuel Caiado - **Re Cri Ação: Recriar – Criar – Agir**; Escola Estadual Dr. Albion de Castro Curado - **Bacalhau – terceira margem sem barreira**, Escola Estadual São Pedro - **Descobrimdo as origens calcilandeses**; Colégio alternativo – COOPECIGO - **Alto Moreira, nossa história**; Colégio Sant’ Ana - **Re...conhecendo Goiás**; Colégio de Aplicação - **A escola vai à vila**; Jardim de Infância Profa. Terezinha Viggiane Mendes - **Brincadeiras e cantigas de roda**; Escola Estadual Constância Gomes - **Amo, por isso cuido**.

Mesmo não sendo um projeto concebido no bojo do Iphan, ele muito se apoia nas concepções que ali vigoravam. Alguns subprojetos, já dão a deixa a partir de seus títulos, que foram influenciados pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), inclusive que assim foram inspirados pela essência do projeto anterior, *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, que por sua vez foi implementado no âmbito do Iphan Goiás. A título de exemplo tem-se: o título elegido pela Escola Cora Coralina, “Conheci, agora amo, por isso vou preservar”, e o da Escola Estadual Constância Gomes, com o subprojeto denominado “Amo, por isso cuido”. Ambos adotam uma perspectiva similar à do *Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer*, que pressupõe que, ao conhecer um patrimônio, já se estaria predisposto a preservá-lo. No entanto, a questão não desmerece a importância e o impacto do projeto para a Cidade de Goiás e para o Estado de Goiás. Aliás, um diferencial do *Viva e Reviva Goiás*, é que ele ampliou a gama de patrimônios abordados, não se limitando a tratar apenas dos bens de natureza material, sobretudo o arquitetônico, até porque, em razão de sua estrutura deixa as escolas mais à vontade para fazer essas escolhas. Isto é, cada escola escolhia o patrimônio cultural local que desejava trabalhar como tema do subprojeto. E ao final desse, como uma devolutiva para a cidade, era exibido em praça pública um vídeo com os resultados da execução dos subprojetos das escolas.

Para trabalhar com os estudantes esse patrimônio e/ou referências culturais locais, às principais atividades realizadas nos subprojetos foram a produção literária, com a presença também de entrevista e vídeos documentários na maior parte deles. Uma forma encontrada de levar com que os estudantes refletissem sobre o patrimônio cultural trabalhado e que eles sentissem instigados a saber mais sobre o que estava sendo colocado em pauta. No entanto, algo ainda no sentido vertical faltando aqui um processo de escuta, para que a visão dos estudantes e o que eles considerassem como patrimônio fosse levado em conta de forma mais nítida, crítica e construtiva.

Em relação à avaliação dos resultados do projeto, não se obteve acesso, que neste caso em específico deveria ser feita pela SEDUC/GO. Contudo, identificou-se que o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi submetido a um componente de teor avaliativo no âmbito do Iphan. O projeto piloto realizado na Cidade de Goiás recebeu no ano de 2001 o *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Naquele ano, se candidataram ao prêmio e foram analisadas pelas Superintendências 96 ações, das quais apenas 34 foram pré-selecionados e analisadas pela Comissão Nacional de Avaliação. O que permite dizer que a SEDUC/GO avaliava positivamente os resultados da ação educativa. Por sua vez, a proposta foi vencedora na categoria Educação Patrimonial, logo, naquela edição do prêmio, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás foi contemplada pela iniciativa.



Capa de livro produzida pelos alunos da escola "Dom Abel".
Fonte: SEDUC/GO.



Apresentação da Folia de Reis pelos alunos da escola "Letras de Alfenim".
Fonte: SEDUC/GO.

2.3.4. Tocando a obra

O projeto **Tocando a Obra**, segundo informações obtidas no site do Iphan, é um projeto de educação patrimonial, considerado prioritário pela superintendência do Iphan em Goiás ao lado do projeto “Portas e Janelas vão se abrir”. Esse primeiro teria sido elaborado com o intuito de capacitar os operários das empresas contratadas para a execução das obras de preservação. Isto acontecia mediante a sensibilização acerca da relevância do trabalho que os operários desenvolviam. A finalidade deste projeto é o resgate do respeito condigno aos artesãos e construtores que edificaram esses bens em que hoje vão trabalhar, bem como a importância da preservação. A atividade acontecia nos próprios canteiros de obras e contavam com apresentações culturais abertas à comunidade (IPHAN, 2015).

Como efeito, a iniciativa era destinada aos operários das empresas contratadas e/ou que tinham ganhado a licitação para execução de obras aonde o Iphan em Goiás deveria intervir com restauros, construções, requalificações, mas acabava por chamar para si também a comunidade local e estudantes. Uma das primeiras obras ou se não a mais lembrada contemplada com a ação educativa foi da Igreja Matriz de Pirenópolis. Mas, existe um segundo projeto que por vezes é confundido com esse primeiro, pois ambos receberam notoriedade a partir de restauros na referida matriz. Esse segundo é o projeto **Canteiro Aberto**.

Na concepção de Cavalcante (2019, p. 17), os projetos **Tocando a Obra e Canteiro Aberto** produziram condições que permitiram que a comunidade acompanhasse de forma segura as obras na Igreja matriz. Para tanto, essas compreenderam a realizações que introduziram uma prática de educação patrimonial nos canteiros de obra, e que em função do sucesso deveriam, ou melhor mereceriam ser aplicadas a outras obras de restauro executadas no país.

Nesse sentido, após quase três séculos de existência, a catedral um exemplar da arte barroca recebeu, entre 1996 e 1999, o que pode ser caracterizado como uma obra de restauro clássica, em razão de envolver somente obras de conservação e manutenção. No bojo desse processo, com o intuito de convocar a população de Pirenópolis, da qual as histórias familiares e cotidiano social sempre foram particularmente conectadas à Matriz, foi criado o projeto **Tocando a Obra** concebido como uma programação de concertos musicais a serem realizados no interior do edifício durante os 18 meses de restauração da maior igreja do Brasil Central. Entretanto, antes destes concertos musicais serem realizados mensalmente no canteiro de obra, era ofertada à população e aos visitantes uma palestra explicativa acerca do andamento das obras. Nesse sentido, cada edição do projeto era desenvolvida em conformidade com a finalização de uma parte da obra, um altar, um anjo e etc. A direção musical foi confiada ao maestro Emilio Terraza, com participação de músicos de Goiânia, Brasília e Pirenópolis. Outras ações desenvolvidas no contexto do projeto foram a produção de cartazes e programas dos espetáculos, bem como também a compra de equipamentos de som e dois pianos, posteriormente doados à cidade (CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2019,

p. 59- 64).

Esse projeto também ganhou uma edição na Cidade de Goiás, mas por outro lado sem tanta visibilidade tal qual adquiriu na obra da Igreja matriz de Pirenópolis. Na Cidade de Goiás, o **Tocando a Obra** foi realizado durante as obras de restauro do Convento do Rosário. Nessa ocasião específica, houve a participação de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I de escolas da rede municipal, estadual e particular com apresentação artística, posteriormente visita orientada aos painéis colocados no interior da igreja, onde se deparavam com fotos do andamento da obra e do próprio projeto Tocando a Obra. Por fim, realizava-se um exercício de registro e fixação executados nos tapumes da obra (IPHAN, 2009).

Já o projeto **Canteiro Aberto** surgiu no contexto do incêndio de 2002, apenas três anos depois dessa primeira obra de restauro mencionada pela qual a igreja Matriz de Pirenópolis passou. O incêndio consumiu o edifício e deixou toda sua estrutura exposta. Para tanto, o projeto foi idealizado como proposta de comunicação social e um meio para assegurar a participação da comunidade. A ação educativa era composta por uma gama de estratégias, entre elas a adoção de tapumes transparentes e a criação de uma exposição. Em visitas guiadas, a obra chegou a receber em função da exposição até 3 mil pessoas por mês (CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2019, p.74-77).

O Canteiro Aberto não se limitou a esse restauro e, continua sendo trabalhado pela empresa Biapó em várias obras, não se restringindo apenas as promovidas no Estado de Goiás, logo, se apresentando em várias outras localidades do país. A exemplo disso, a Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras (RJ) tombada em nível federal foi contemplada com a exposição Canteiro Aberto, realizada pela construtora Biapó (IPHAN, 2018). A Igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga (SP), datada de 1840 também recebeu o projeto Canteiro Aberto após forte enchente e a necessidade de realizar obras emergenciais (IPHAN, 2010). Nesse sentido, essa ideia ficou muito associada a essa construtora em específico, que inclusive além de constantemente trazer aperfeiçoamento para o Canteiro Aberto, exhibe outros projetos de educação patrimonial.

Diante disso, têm-se exemplos de dois projetos como já pontuado que as vezes são entendidos como um só, mas na verdade são propostas diferentes. Contudo, apresentam objetivos semelhantes e com o mesmo espaço para a sua execução, isto é, os canteiros de obras. Aliás, são ações educativas vinculadas ao patrimônio material, mais especificamente o edificado. Assim embora, esteja ligado ao um patrimônio tradicionalmente privilegiado na educação patrimonial, traz um diferencial em relação a concepção tradicional que se repousa, especialmente na assimilação de conhecimento sobre o bem e ainda que este esteja dentro do contexto em que esse exercia influencia, no sentido que apresenta uma dinâmica sensível, preocupada e interessada em envolver a comunidade local ao longo de todo processo da obra. No entanto, o **Canteiro Aberto**, é um conceito e uma ação vinculada às obras de restauro que a construtora Biapó realiza por todo país, sem dúvidas que não deixam de estar associadas e terem respaldo do Iphan, sobretudo por serem obras orientadas e executadas a pedido do mesmo. O **Tocando a Obra** por sua vez, é relacionado como um projeto de educação patrimonial do Iphan para se pensar a educação patrimonial nos canteiros de



Igreja Matriz de Pirenópolis após incêndio.
Fonte: CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2019.

obra e sua demanda.

2.3.5. Concurso de redação

Outra ação educativa desenvolvida pelo Iphan em Goiás foi o **Concurso de Redação**. A proposta em questão contou com sua primeira edição no ano de 2006, na Cidade de Goiás, onde apresentou oito edições. Com tal consolidação, houve a ampliação da proposta para as cidades de Pirenópolis e Corumbá de Goiás, ambas realizando a iniciativa apenas uma vez. A ação educativa era destinada e tinha como público estudantes do Ensino Fundamental de 8º ou 9º ano, das redes pública (estadual e municipal) e particular, exceto em Pirenópolis, onde o concurso foi realizado com alunos do 5º ano. Com efeito, o objetivo da iniciativa era de, a partir da escrita e da leitura, promover a experiência de conhecer e salvaguardar o patrimônio cultural, tanto o de natureza material quanto o de natureza imaterial (IPHAN, 2010).

Os temas e os respectivos anos do concurso de redação, em Goiás, onde teve origem e foi executado o plano - piloto da ação educativa foram os seguintes: **Herança cultural e modernidade (2006); Memória popular (2007); Minha Cidade, Meu Patrimônio (2008); Minha cidade tem segredos que meu olhar vai desvendar (2009); Desafios de uma cidade histórica (2010); Goiás, um jeito afro de contar a história (2011); Arte popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio (2013); Cora Coralina: patrimônio cultural e poético da Cidade de Goiás (2014).**

Isto é, embora a proposta não tenha conseguido ter uma durabilidade significativa nas cidades de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, ambas com uma edição cada respectivamente nos anos de 2012 e 2011, por sua vez na Cidade de Goiás, onde a iniciativa foi implementada, ela obteve uma satisfatória longevidade, configurada por oito edições. Iniciou-se em 2006 e descontinuada em 2014. Outro ponto a ser frisado é que sua expansão para outras localidades do estado aconteceu apenas após uma certa consolidação da ação em Goiás. Nesse sentido, sobre o *Concurso de Redação* na Cidade de Goiás, a ex – chefe do Escritório Técnico do Iphan, Edinéa Angelo revela que o mesmo na cidade ganhou uma visibilidade tão grande, ao ponto de gerar uma competição entre as escolas participantes. “É, quem ganhava mais [...], começou bem humilde o Concurso, começou uma coisa bem simples, porque essa era a proposta. Depois a gente tomou um susto, porque vimos que a proporção estava muito grande saindo do propósito, que não era a premiação” (Edinéa de Oliveira Angelo, 2021). Isto é, uma iniciativa que conseguiu movimentar a comunidade escolar por vários anos consecutivos, apesar de que muitas vezes em função da premiação.

Além do mais, uma iniciativa que a cada edição foi se fortalecendo e se aperfeiçoando, de modo a conferir maior dinamicidade a ação. Nesse sentido, no ano de 2013, satisfazendo os planejamentos referentes ao concurso de redação na Cidade de Goiás daquele ano, que tinha por temática **“Arte popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio”**, o Espaço Cultural Vila Esperança foi convidado a realizar um evento cultural que foi



Oficina de modelagem.
Fonte: IPHAN/VILA ESPERANÇA, 2013

intitulado “*Vivências da cultura brasileira*”. Essa experiência no Espaço Cultural Vila Esperança, contou com a participação de alunos de escolas das redes pública, estadual e municipal, e particular de ensino: Escola Municipal Holanda, Escola Municipal Vale do Amanhecer, Escola Municipal Olimpya Angélica, Escola Municipal Terezinha de Jesus, Escola Estadual Walter Engel, Coopecigo, Colégio Estadual Albion, Colégio Estadual Lyceu de Goyaz, Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo, Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manoel Caiado. Durante a vivência aconteceram uma série de oficinas.

Ao reunir crianças e adolescentes da região rural do município e do perímetro urbano da cidade, bem como de classes socioeconômicas distintas, essas oficinas permitiram além da experiência em si, um momento de compartilhamento de inúmeras vivências culturais, aquela cotidiana que cada sujeito traz consigo. Neste grupo heterogêneo havia aqueles estudantes que já tinham algum tipo de contato com as artes populares exemplificadas, que até por eles foram citadas durante o vídeo documentário relativo à ação, enquanto para outros representava algo totalmente novo. O concurso não se limitou à escrita da redação, e sim teve todo um contexto de partilhas, sensibilização e reflexão.

Aliás, deve-se considerar que a ação educativa, apesar de estar inclusa temporalmente em um período anterior ao da concepção da educação patrimonial, que começa a se centrar em uma perspectiva dialógica e transversal, conseguiu-se abordar o patrimônio a partir da diversidade cultural brasileira e de um modo mais dinâmico e reflexivo. Pode-se afirmar, assim, que os organizadores estavam atentos às novas discursões e conseguiram, dessa forma, acompanhar abordagens mais atuais por meio da temática selecionada para cada edição. Entretanto, não se teve acesso à avaliação dos resultados dessa proposta que deveria ter sido feita pelo Iphan com objetivo de identificar quais foram os impactos que a mesma produziu sobre o grupo participante da ação, com finalidade corrigir aspectos e assim assegurar a continuidade da ação ou ao promover outra iniciativa já estar a par de problemáticas que mereciam atenção, logo, procurar não se render novamente a elas.

2.3.6. Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero!

O projeto **Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero!** é um dos que foram executados quando seu deu o início da implantação do Projeto Casa do Patrimônio por diferentes estados brasileiros. A ação educativa foi desenvolvida em 2009 na Cidade de Goiás, sob coordenadora a professora Selma de Oliveira Bastos Pires e assessoria pedagógica constituída por pedagogos e ativistas da cidade.

O objetivo do referido projeto era abordar o patrimônio da cidade a partir de um trabalho que envolveria as escolas que geograficamente estão localizadas no município a partir das suas comunidades escolares, sobretudo professores e estudantes. Nesse sentido, considerava

o espaço escolar como um ambiente de mobilização em torno do bem coletivo. Com isso, a proposta partiu do entendimento de “[...] ser papel da escola contribuir para a formação de uma consciência patrimonial em seus professores e alunos, concorrendo, assim, para a criação de um caráter identitário, base fundamental para a valorização e reconhecimento de um povo” (IPHAN, 2010, p. 9). E a partir de tal premissa, foi formulado o objetivo do projeto e definido o público a qual iria se destinar a ação, isto é, contemplou a educação formal, contando com a participante de 150 professores do Ensino Fundamental e, no decorrer da proposta, estendendo-se também a um número significativo de alunos, aproximadamente 2.470 estudantes.

O supracitado foi executado, portanto, em três etapas: na primeira, aconteceu a apresentação da proposta e a sensibilização do público participante, com debates que se desenvolveram durante seminário constituído por oficinas, conferências e mesas-redondas, pautado por temas tais quais: identidade, memória, educação, cultura e arte. Por sua vez, na segunda fase, após a etapa de sensibilização e adesão dos professores à proposta, iniciaram-se a elaboração dos subprojetos pelas escolas participantes que para tanto, contou com a visita da equipe de educadores do Iphan às escolas para a orientação técnica dos docentes no concerne a formulação dos subprojetos. Por último, como terceira etapa, no sentido de ser um produto final do projeto de educação patrimonial, foram realizadas uma exposição e a publicação de um livro.

As escolas participantes dessa ação educativa e seus respectivos subprojetos foram: Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manuel Caiado, **Na cozinha da vovó Pinheiro (A memória que se guarda na boca)**; Colégio Sant’Ana, **Patrimônio, uma Leitura que fica na Memória**; Escola Estadual Walter Engel, **Cadê a história que estava aqui?**; Escola Estadual de Águas de São João, **Dona Maria Santana: Patrimônio Cultural do Povoado de Águas de São João-GO**; Escola Asas de Liberdade, Cidadania 2009: **As três raízes do povo brasileiro na culinária**; Escola Estadual Cora Coralina, **Identidade e Memória no Ponteio da Viola**, Escola Estadual Dom Abel, Cultura Indígena, Escola Estadual Mestre Nhola, **Goiás: de passo em passo conheço seu espaço**, Escola Letras de Alfenim, **Patrimônio e Humanidades: Da Minha Casa ao Mundo Histórico**, Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima, **Que belas lembranças... Brincadeiras de roda**” (IPHAN, 2010).

Participaram também com os seguintes subprojetos: Escola Municipal Teresinha de Jesus Rocha, **A Cidade de Goiás começa aqui: Buenolândia, patrimônio de Goiás**, Escola Municipal Vale do Amanhecer, **As Riquezas do Campo em Calcilândia**, Espaço Cultural Vila Esperança Escola Pluricultural Odé Kayodê, **Sentindo Goiás**; Escola Geração Santa, **Minha Cidade, Meu Patrimônio**; Lar São José, **Bordando a Vida**; Escola Municipal Santa Bárbara, **Igreja Santa Bárbara: Patrimônio da Fé**; Escola Estadual Dom Abel, **Costumes Indígenas, Nosso Patrimônio**; Escola Municipal Sonho Infantil, **Resgate e valorização do patrimônio de Goiás**, Escola Municipal Serra Dourada, **Projeto Literatura Infantil: Conta nosso Patrimônio** (IPHAN, 2010). Assim, no que se refere às escolas participantes, contabilizam-se 16 escolas e 3 extensões da Escola Santa Bárbara – Escola Estadual Dom Abel, Escola Municipal Sonho Infantil e Escola Municipal Serra Dourada. Nesse sentido, o projeto conseguiu envolver um número significativo de escolas da Cidade de Goiás e inclusive con-

seguiu incluir para esse não apenas as escolas do perímetro urbano ou do centro histórico da cidade, assim abrangeu também as redes de ensino situadas nos distritos e assentamentos do município, de modo a otimizar as experiências que esses estudantes pudessem ter em razão da localidade e da ausência de recursos destinados às atividades extracurriculares.

Ainda em relação às escolas e os subprojetos por elas elaborados e executados, a maior parte delas optou por tratar em suas propostas do patrimônio imaterial e/ou sujeitos invisibilizados dentro do processo de constituição da sociedade brasileira. Aliás, apresentaram métodos de abordagens menos usuais.

A título de exemplo o projeto “*Sentindo Goiás*”, da Escola Pluricultural Odé Kayodê do Espaço Cultural Vila Esperança, utilizou-se dos cinco sentidos humanos como recurso para discutir a memória e a identidade na Cidade de Goiás. Assim, os professores encontraram e apresentaram um meio estimulante de refletir com estudantes questões inerentes às referências culturais, ao passo que estimulavam os mesmos a aguçar seus sentidos para se conectarem às manifestações dessas referências. A proposta do subprojeto em pauta consistia assim por meio da visão, do paladar, da audição, do olfato e do tato, sensibilizar as crianças para uma somatória de elementos ligados à memória e à identidade local, bem como para a formulação de seus patrimônios e referências culturais.

A partir do tato por exemplo entraram em contato com alguns brinquedos ligados à cultura indígena, dos quais confeccionaram alguns. Neste momento específico, cada criança estabelecia uma experiência tátil individual que permite refletir a relação dos indivíduos com os diferentes patrimônios culturais que uma sociedade possui, que os levam a se identificarem ou não com eles. Os sentidos humanos comunicavam uma forma sensível para se pensar o patrimônio cultural e suas problemáticas.

Em suma, o projeto *Educação patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – patrimônio pra que te quero* atuou no sentido de incentivar que as escolas do município de Goiás participassem do projeto com a elaboração e a execução de subprojetos que contemplasse à ideia de educação patrimonial. Dessa parceria entre a comunidade escolar local e o Iphan, resultou um volume significativo de ações educativas desenvolvidas simultaneamente em distintos ambientes escolares e voltados a diferentes dimensões patrimoniais. Um alcance que teria sido impensável se a adesão dos colégios não fosse efetivada, pois uma única equipe do Iphan não conseguiria construir e implantar vários subprojetos para atender ao mesmo tempo todas as escolas. De modo a assegurar a estrutura do projeto, os professores passaram por uma rápida orientação através de oficinas e conferências, quando entraram em contato com os conceitos basilares da proposta e receberam material de apoio. Nessa primeira etapa, o Iphan trabalhou na capacitação docente e a participação similar foi mantida até a finalização do programa, com a presença registrada nas outras duas fases para orientações, encerramento e divulgação da iniciativa.

Em relação ao kit entregue aos professores, em função deste caráter de capacitação que a ação tinha, o material respondia ao seu propósito, isto é, de ser uma base de orientação, um norte para os professores. Mas, nesse contexto, encontra-se uma problemática. Ela reside no fator de que a formação docente é marcada por lacunas. Para obter resultados efetivos



Oficina de Confeção de brinquedos.
Fonte: PIRES, 2010, p.111.

quando se trata de executar uma ação com docentes simplesmente apresentar um material ou metodologia, portanto, não garantiria que esta será usada com os alunos, ou que será aplicada de forma adequada, em virtude da necessidade da capacitação docente.

Usualmente, as ações desenvolvidas com o objetivo de capacitar docentes são oficinas que ficam abreviadas a poucos dias de duração. Para que tenham resultados satisfatórios dentro da sala de aula, não basta que seja realizado tão somente o ensino de uma metodologia. O processo deve ser calcado em uma mudança de mentalidade. No que compreende ao projeto aqui abordado, como foi mencionado anteriormente, houve a capacitação docente, vale ressaltar, em um curto período de duração, com base em oficinas e conferências, à época que foi distribuído o material para colaborar com a formulação de seus subprojetos. Nesse sentido, o que deve ser observado é de que modo o processo impactou a mentalidade desse público (OLIVEIRA, 2019, p. 44-45).

Na ocasião aqui tratada, por parte do Iphan, foi desenvolvida uma atividade que pode ser interpretada como uma capacitação docente voltada ao patrimônio cultural, mais especificamente acerca das práticas de educação patrimonial. A classificação pode ser aceita e apontada, em virtude dos procedimentos realizados e adotados em relação aos professores e ao seguimento que foi dado à ação. Enquanto que sobre a fase conduzida pelos docentes e suas escolas de atuação, pode se dizer que conseguiu-se elaborar ações educativas que majoritariamente, ficaram concentradas em discussões menos usuais quando se reflete acerca da trajetória das políticas preservacionistas no Brasil. Diante disso, lidaram com temas transversais que são avaliados como sendo de urgência para a sociedade contemporânea.

Ainda sobre a ação, vale ressaltar que ela é uma das iniciativas institucionais executadas em conformidade com a implementação da primeiras Casas do Patrimônio pelo país oficialmente, avolumando o número de ações realizadas naquele ano de 2009 pelo Iphan em Goiás. À época de seu encerramento e publicação de livro resultante, em março de 2010, aconteceu a primeira reunião com a então diretora do DAF/Iphan Márcia Rollemberg no sentido da implantação da Rede das Casa do Patrimônio em Goiás, desfrutando da presença dessa equipe que estava na cidade por ocasião da reunião (IPHAN, 2010). Apesar desse episódio específico e o contexto de sua implantação ser o mesmo do Projeto Casas do patrimônio, não foram encontradas outras informações que indique uma ligação direta com a atuação da Casas do Estado de Goiás.

Quanto à avaliação dos resultados da ação educativa, esse, foi um dado em que não se obteve acesso. Embora, o Iphan tenha realizado elaboração e publicação de material final apresentando, as conferências, todos os subprojetos executados pelas escolas em seu contexto; relatos de experiência dos professores, fotografias das atividades realizadas e descrição do projeto feita pela coordenação, nesse sentido, ressentindo da avaliação dos resultados.

2.3.7. Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás

O **Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás** foi realizado em parceria com a Secretaria de Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Goiás, inclusive sendo uma das desenvolvidas no contexto do Projeto Casas do Patrimônio, visto que sua primeira edição também data do ano de 2009. E cabe destacar que esse ano não foi contemplado com tal volume de projetos involuntariamente, pois foi um período atrelado a uma série de discussões internas que vigoravam naquele momento no âmbito do Iphan nacional acerca da educação patrimonial institucionalmente. Além da edição de 2009, foram identificadas mais três ocasiões em que o evento/ação foi realizado/a, todas elas acontecendo na Cidade de Goiás. Diferentemente dos outros anos em 2014, o *Seminário de Educação Patrimonial* foi realizado em conformidade com o *VIII concurso de redação na Cidade Goiás*. O objetivo foi tecer uma homenagem a Cora Coralina de modo a integrar a festividade em comemoração aos 125 anos da poetisa.

O seminário era destinado aos professores da rede pública de ensino. Logo, tinha como objetivo a capacitação docente, bem como a sensibilização no sentido de habilitar agentes multiplicadores da educação patrimonial junto aos estudantes e à comunidade local em que exercem suas atividades (IPHAN, 2013). A proposta foi realizada nas edições/ano, em concordância com os seguintes temas: 2009 - tema não identificado; 2013 - **Memória e Diversidade dos Bens Culturais da Cidade de Goiás**; 2014 - **Cora Coralina: patrimônio cultural e poético da Cidade de Goiás**; 2018 - **Práticas Tradicionais e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Assim, identifica-se que o seminário não teve, durante os anos de sua realização, uma predefinição de tempo para que outra edição acontecesse, embora se note uma predisposição para ser realizado de 4 em 4 anos. Houve uma quebra na cronologia do evento, que impediu uma constância predeterminada, pois em 2014, o mesmo foi realizado com objetivo de contempla uma homenagem feita aos 125 anos da poetisa Cora Coralina.

Em 2018 - última edição identificada em relação à proposta –, o ponto de partida para os trabalhos se baseara nas *Práticas Tradicionais e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro*, ou seja, proporcionando um momento para discutir o patrimônio cultural endossado pelo saber/fazer que em sua maioria está associado a negros e índios, ao que Mario de Andrade (1938) convencionou a chamar de “cultura popular”.

A programação da edição de 2018 foi marcada por uma série de atividades entre elas palestras, oficinas e estudos de caso que discutiram o patrimônio imaterial, os saberes/fazeres populares e às práticas tradicionais, trazendo a partir destas abordagens: o artesanato, os usos de plantas medicinais do cerrado, a alimentação, as brincadeiras e os brinquedos tradicionais e o saber e fazer cestaria, empadão goiano, cerâmica (IPHAN, 2018, p. 1-2). Assim, contemplou de forma mais ampla o patrimônio, e saiu-se do usual direcionado, sobretudo ao patrimônio de pedra e cal, incorrendo, portanto, a diversidade cultural. Este



Convite para o IV Seminário de Educação Patrimonial.
Fonte: IPHAN, 2018.

aspecto é algo notado no próprio design do convite para aquela edição do seminário.

O convite traz o patrimônio cultural em sua perspectiva da diversidade, bem como projeta a dinâmica do patrimônio cultural na Cidade de Goiás. São representados o patrimônio arquitetônico e urbanístico que a princípio foi o que trouxe o órgão de proteção patrimonial para a cidade; o Museu Casa de Cora Coralina que remete às memórias da poetisa, nesse sentido trazendo consigo uma das mulheres mais lembradas quando se fala de Goiás; a ponte que sugere o Rio Vermelho que corta a cidade e estabelece toda uma dinâmica social, econômica e política, particular para a cidade; a cerâmica vilaboense, um saber/fazer que, com ampliação da concepção de patrimônio cultural, começa a atingir níveis maiores de reconhecimento e a receber ações de salvaguarda. Vale recordar cerâmica que foi objeto de estudo após as escavações para adequação de Goiás para a obtenção do título de Patrimônio Cultural Mundial junto a UNESCO. A origem da técnica por parte da comunidade local está associada aos índios “Goyases”, mas existem também pesquisas que apresentam dados que apontam outra possibilidade para sua origem, isto é, a africana, a título de exemplo a da professora Dra. Gislaine Tedesco.

Durante a edição de 2018, de modo a contemplar a temática central do evento, para aquele ano foram realizadas algumas oficinas, tais como **Matulas nos sertões de Goiás e suas memórias; Patrimônio edificado dos vilaboenses (pintando com as areias coloridas); Oficina de Campo: identificação, utilização e preservação de espécies medicinais do cerrado; Tecendo nossa história – (cestaria); Arte Culinária – Empadão Tradicional Goiano**, dentre outras.

Participaram dessas oficinas, isto é, do evento em sua totalidade aproximadamente 250 educadores, escolhidos em momento anterior em função de sua área de formação, assim como com objetivo de aprimorar os conhecimentos destes sujeitos em relação ao patrimônio (IPHAN, 2018). Embora, deste modo, o seminário tenha sido desenvolvido no sentido de capacitar os profissionais para os quais estava voltado, deu indícios da inclusão desses novos debates em vigor acerca da educação patrimonial e sua atual concepção, ou ainda do próprio campo do patrimônio cultural, mesmo que ainda possam ser identificadas heranças das práticas anteriores a uma perspectiva dialógica, transversal e democrática.

Como pontuado anteriormente, essa ação educativa é mais uma no âmbito da superintendência do Iphan em Goiás que teve início no contexto das primeiras Casas do Patrimônio implantadas oficialmente. Aliás, apresenta a ideia de articulação de parcerias - a partir da instituída com a prefeitura municipal, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás. De acordo com o indicado pela publicação do Iphan (2010), praticamente as mesmas que pretendiam ser estabelecidas com as ações da Rede das Casas do Patrimônio. Contudo, não foi identificadas maiores informações que vincule diretamente a ação com uma possível atuação de uma das Casas do patrimônio em Goiás.

No que se trata da avaliação do seminário por parte do órgão promotor, ela não foi identificada. Todavia, durante falas de Salma Saddi ainda quando estava superintendente do Iphan em Goiás é enfatizado por vezes e, sobretudo o engajamento da prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação como parceiros para a realização da iniciativa e a lon-



Oficina -Matulas nos sertões de Goiás e suas memórias.
Fonte: Prefeitura da Cidade de Goiás, 2018.



Oficina Patrimônio edificado dos vilaboenses (pintando com as areias coloridas).
Fonte: Prefeitura Cidade de Goiás, 2018.

gevidade da ação. Entretanto, não configurando como uma avaliação oficial, essa apenas manifestada em discurso, portanto, sem formalização e parecer por escrito. Por outro lado, é identificado no site da prefeitura da Cidade de Goiás informações sobre o seminário, mas especificamente a sua edição do ano de 2018, ou seja, a última observada. Esse diz “Com a presença da Prefeita Prof^a. Selma Bastos e da Sec. Mun. de Educação, Prof^a. Ângela Fonseca, Alunos (educadores) e Oficineiros, tivemos um momento de avaliação do seminário, que foi tido como o melhor dos últimos anos” (PREFEITURA DE GOIÁS, 2018). Um dado que reflete simultaneamente as parcerias, a avaliação positiva do seminário, especialmente daquele dado ano, mas também que a continuidade de uma ação não é garantida a partir de uma avaliação favorável, mas se tratando de políticas públicas não apenas relativas ao patrimônio de inúmeros outros fatores, um deles o fomento.

2.3.8. Portas e Janelas Vão se Abrir

O projeto **Portas e Janelas Vão se Abrir** é uma ação realizada mediante oficinas, sendo inclusive mais uma das que começaram a ser executados em 2009, ano em que foram implantadas oficialmente as primeiras Casas do Patrimônio. Segundo a idealizadora da proposta, a designer gráfica Genilda Alexandria (2011), naquele ano, a pedido e de acordo com uma demanda da Superintendência Estadual do Iphan em Goiás foram desenvolvidas nove oficinas cada uma em uma cidade diferente: Aparecida de Goiânia, Pires do Rio, Santa Helena de Goiás, Corumbáiba, Santa Cruz de Goiás, Jaraguá e Silvânia e no Estado de Tocantins nas cidades de Porto Nacional e Arraias.

A seleção das cidades que seriam contempladas com o projeto estava vinculada diretamente com o objetivo da iniciativa no sentido de atender às orientações da superintendência que consistia em promover nestes lugares ações educativas, em função de que até o momento pouco havia sido feito naqueles locais quanto a este aspecto (ALEXANDRIA, 2011). De acordo ainda com Genilda Alexandria, em entrevista concedida no final de 2021, o projeto “se chama Portas e Janelas Vão se Abrir porque a ideia é que ele fosse trabalhado em cidades que não tivesse patrimônio instituído, patrimônio tombado” (Genilda da Silva Alexandria Sousa, 2021). Além disso, em um dado momento do projeto não se tratava de uma escolha do órgão, mas sim uma solicitação das próprias cidades que desejavam receber as oficinas. A proposta fundava-se no trabalho com o patrimônio cultural na educação formal. O projeto era tido como um desafio, assim como se tinha uma expectativa de que a atividade com estes bens se constituísse em pontes, janelas e portas poéticas que anunciam, possibilitam, sensibilizam e descrevem histórias que ultrapassam limites temporais, territoriais e grupais.

Identifica-se aliás a partir do projeto que o Iphan em Goiás considerava importante atender toda a jurisdição com as ações educativas e ampliar o volume de iniciativas nesse sentido. Embora, segundo Genilda Alexandria houve ocasiões em que ocorreu a necessidade de recusar algumas solicitações de oficinas a pedido das cidades, pois não existia

recursos suficientes para atender todas que tinham manifestado interesse.

As oficinas do Porta e Janelas eram destinadas, isto é, tinham como público principal professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino, em razão que tudo começava com as parcerias estabelecida com as prefeituras, ou melhor secretaria de educação das cidades. Entretanto, quando da realização da ação, profissionais da rede estadual e outros vinculados também à educação, como diretores, coordenadores pedagógicos, dinamizadores, apresentaram interesse. Diante dessa situação, o Iphan decidiu também por atendê-los e inseri-los como público da ação (ALEXANDRIA, 2011). A proposta, portanto, comportou uma adesão significativa.

Segundo relatórios de Gestão do Iphan e outras informações coletas, o supracitado projeto após essa primeira experiência em 2009, apresentou novas edições, nos anos de 2010, 2011 e 2012. Neste caso, uma das cidades contempladas com as oficinas da proposta nestes outros anos foi Goiandira, em 2010. A ação nessa ocasião foi conciliada as obras de execução da Estação de Goiandira. Conforme ainda a publicação do Ministério Público do Estado de Goiás, os relatórios das ações da rede ferroviária em Goiás – Iphan, trazem que as demais obras no âmbito da superintendência do Iphan em Goiás naquele ano também receberam a proposta educativa.

De acordo com Genilda Alexandria (2011), em sua dissertação e em entrevista em 2021, o formato adotado para as oficinas do Portas e Janelas foi e permaneceu o mesmo durante as demais edições subsequentes a de 2009, sendo aulas expositivas com o uso de várias mídias. A exposição, por sua vez, era intercalada por atividades interativas com participantes. Um dos materiais que ajudaram a construir a proposta de ação educativa com os professores foi o filme brasileiro *Narradores de Javé*. Além do filme, também foram utilizados os curta-metragem: *O toque do tempo*, gravado na cidade de Pirenópolis e a animação *La maison en petits cubes*. O uso dessas mídias auxiliou na dinamicidade de uma oficina com dois dias de durabilidade, divididos cada um deles em duas sessões.

Nessa primeira fase, a partir das oficinas foi realizada com os professores uma capacitação docente para o trabalho com o patrimônio cultural, com o uso de vários recursos para proporcionar a atividade, especialmente algum tipo de mídia ou produção fílmica. Mas, sobretudo, identifica-se que houve uma tentativa de sensibilizar os docentes para a realidade cultural de suas cidades. Para tanto, em entrevista, Genilda ressalta que na procura por deixar a oficina mais próxima dessa realidade ela registrava alguns elementos em dia anterior a realização da referida e levava para a oficina de modo que os docentes ficavam surpresos quando se deparavam com as fotografias. Ela também pontua que essa ação não era suficiente para garantir essa adaptação.

Enquanto que o momento seguinte à oficina, era pensado e desenvolvido a partir de uma dinâmica com envelopes contendo fichas de atividade, entregues aos professores no final das exposições. Para tanto, os professores eram orientados a usar as fichas com suas turmas e, a partir de cada uma delas, realizar uma atividade com base nos conteúdos vistos durante a oficina e que, metodologicamente, pudessem ser executados em sala de aula. Nota-se assim, que a ação foi elaborada não com objetivo de ser algo pontual, findado com

a capacitação docente, mas para abarcar o contexto de sala de aula e, portanto, atingir um número maior de sujeitos que poderiam contribuir no processo de preservação e valorização do patrimônio cultural. Dentre as atividades que se estendiam a sala de aula estava a confecção de cartões postais.

Nesses cartões os estudantes demonstravam concepções distintas do que entendiam como suas referências culturais, assim, como elencavam um patrimônio diverso, por vezes o material, outras o imaterial, ou mesmo o natural. Alguns dos cartões eram selecionados para serem produzidos em larga escala, conforme Genilda Alexandria (2011) pontua, entre os elaborados na cidade de Santa Cruz, o representando um cavaleiro possivelmente das Cavalhadas foi o escolhido.

Em números, teriam sido beneficiados pelo projeto uma quantidade relativamente significativa de professores e alunos. A título de exemplo em Goiandira, foram beneficiados por esse projeto cinquenta professores e oitocentos e sessenta e um alunos do 5º ano do ensino fundamental (MPGO, 2011). Com efeito, como a própria idealizadora do projeto afirma, nem sempre todas as cidades e todos os participantes recebiam o projeto de igual modo: “diferentes recepções da oficina eram demonstradas em cada cidade, por vezes percebidas ainda na realização, na assiduidade dos participantes; outras vezes, pelos contatos posteriores” (ALEXANDRIA, 2011, p.102). Logo, impactando em todo o processo, assim, a cada cidade atendida era um novo desafio, e adequações tinham que ser feitas e, no entanto, poderiam ainda não atingir o resultado desejado.

Somavam-se a esse, o que ela considerava como um dos grandes desafios para a oficina que “era conseguir que os participantes se desprendessem da intensa difusão de conhecimentos com base em concepções tradicionais tão arraigadas ao campo do patrimônio” (ALEXANDRIA, 2011, p. 102). Essa visão indica que houve uma tentativa de realizar uma ação educativa mais próxima ou traçada sobre as bases das novas concepções, ou mesmo, trabalhar o patrimônio cultural sobre uma perspectiva mais ampla.

Aliás a noção de educação patrimonial aqui empregada, apesar do uso da oficina no sentido de capacitar os profissionais, mostra-se com pretensão de ser dialógica pois permite aos sujeitos pensar e refletir sobre seus patrimônios ou referências culturais. Por fim, não se teve acesso a avaliação do projeto, somente ficando com algumas considerações de Genilda Alexandria de modo mais abrangente.



Cartões postais produzidos por alunos de Santa Cruz.
 Fonte: ALEXANDRIA, 2011, p.100.

2.3.9. Projetos atuais

Os projetos atuais desenvolvidos pela superintendência constituem em um programa de educação patrimonial, proposto por Ana Paula Carvalho, Analista de Gestão do Patrimônio Cultural do órgão, dos quais fazem parte as ações educativas, **Roteiro Cultural Praça Cívica; Cine Cult no almoço; Quintal do Patrimônio, Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios e material de apoio que compreende a histórias HQ e vídeo animação.** São propostas pensadas para serem iniciadas no ano 2020, mas em função da pandemia do Covid-19 tiveram que ser adiadas para 2021, sendo que conseguiram ser executadas no referido ano somente o, **Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios e Cine Cult no almoço.** Este último adaptado apenas para os servidores do Iphan. Os outros por sua vez, aguardam para serem efetivados neste ano de 2022. Em entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021, Ana Paula relata que “Todos baseados na abertura das Casas de Patrimônio para a comunidade” (Ana Paula Carvalho, 2021). Isto é, projetos ligados diretamente com a noção de Casas do Patrimônio. Diferentemente dos demais que foram iniciados no contexto da implantação das primeiras Casas do Patrimônio oficialmente, mas não se tem demonstrativos evidentes de tal vínculo.

O projeto **Roteiro Cultural Praça Cívica**, está vinculado a uma exposição acerca da trajetória do Iphan em Goiás e é destinado à comunidade, sobretudo adultos, que em grupos de passeio turístico, de universidades, escolas, agendam previamente o roteiro cultural. Esse constitui, em um percurso junto ao um técnico do Iphan, com visitas aos monumentos e edifícios da Praça Cívica, e também à superintendência onde é encontrada a exposição espalhada por todo o edifício. Durante esse roteiro cultural podem conhecer os espaços, perguntar, saber sobre a história e características arquitetônicas dos edifícios (Ana Paula Carvalho, 2021).

Outro projeto é o **Cine Cult no almoço** realizado no auditório da superintendência do Iphan em Goiás. Ele acontece, “na última sexta-feira do mês na hora do almoço, meio dia e vinte e dois, são exibidos filmes e documentários que a gente reúne e não trata só de filmes e documentários produzidos pelo Iphan, mas por pessoas que fazem produções audiovisuais vinculadas ao patrimônio cultural” (Ana Paula Carvalho, 2021). O primeiro convidado segundo Ana Paula, seria o cineasta Lázaro Ribeiro.

Quintal do Patrimônio é mais um dos projetos dentro deste programa de educação patrimonial. Trata-se de uma ação pensada para acontecer de forma permanente durante todo o ano letivo, direcionado a estudantes do ensino fundamental, e consistindo em uma parceria, uma rede de patrimônios entre o Iphan, as prefeituras de Goiânia, Pirenópolis e Goiás, e a Secretaria de estado de educação, que conta com o grupo Ciranda da Arte que são contadores de história. Planejada para ser realizada toda quinta-feira do mês com uma unidade diferente. Diante disso recebem grupos de crianças para visitar a Casa, é quando essa Casa se abre e vão contar histórias, conversar, primeiro com uma contação de história no quintal e depois um piquenique, quando são estimuladas a falar sobre suas referências

culturais. O objetivo desse projeto, “é fazer as referências culturais da comunidade serem ouvidas pelo Iphan, pela prefeitura, pelo Estado para que ao ouvir a comunidade amplie sua noção de construção de política pública de educação patrimonial” (Ana Paula Carvalho, /2021).

O **Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios**, por sua vez foi lançado em parceria com o governo do estado, em 17 de agosto de 2021, no dia do Patrimônio Cultural. Ele consiste em distribuir aos municípios do estado caixas com 30 a 40 publicações do Iphan já disponíveis, não apenas acerca do patrimônio cultural de Goiás, mas das mais diversas temáticas relacionadas ao patrimônio, desde renda irlandesa, a paneleiras de Goiabeira. Esses livros deveriam ficar disponíveis a comunidade nas bibliotecas municipais para que todos que tivessem interesse pudesse acessar, fazer suas pesquisas, não deveriam ser distribuídos ao prefeito ou equipe da prefeitura. A exigência era que as publicações chegassem até a população.

Por último, finalizando o programa tinha-se ainda as **Histórias HQ e o Vídeo animação**, um material de apoio que conta a história do patrimônio cultural de Goiás, os bens tombados, registrado, inventariados. Nessa história, um grupo de crianças vai descobrindo o patrimônio do Estado, passando pela Romaria de Carro de Bois, Cidade de Goiás, Aruanã, os Povos Karajá, a ponte Afonso Pena. Um material que pode ser utilizado pelos próprios técnicos do Iphan para melhor trabalhar com o público infanto-juvenil. Contudo, esse foi um projeto paralisado, visto que a empresa que ganhou a licitação não conseguiu entregar o material pelo valor com o qual ganhou essa (Ana Paula Carvalho, 2021).

Os projetos atuais do Iphan em Goiás, apesar de terem um evidente intuito de acompanhar as discussões atuais acerca da educação patrimonial, e até mesmo contemplar o Projeto Casas do Patrimônio foram enfraquecidos pelo período da pandemia, e atualmente tentam encontrar meios para que de fato consigam alçar seus objetivos e vençam os desafios de um campo que já são muitos e se só aumentaram durante a pandemia.

CAPÍTULO 03



Tradicional bolinho de arroz da Dona Inês.
Acervo pessoal da autora, 2022.

PARA REFLETIR SOBRE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Primeiramente se faz necessário pontuar que aqui não se pretende esboçar um modelo ou o que poderia ser chamado de um tipo de “receita de bolo” para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial. Mas a ideia é discutir e refletir sobre questões que podem contribuir para a construção de uma educação patrimonial que seja democrática, dialógica, transversal e decolonial.

Para colocar essa proposta conceitual em prática o Estado ou instituições que o representam neste setor como o Iphan, precisam conseguir criar “[...] mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural [...] significados tão caros ao patrimônio e à memória brasileiros” (CASCO, 2005, p. 3). Assim, escuta e articulação com a sociedade são indispensáveis para se pensar as ações educativas efetivas.

Nessa perspectiva, a escuta é sobretudo importante para minar as chances de incorrer a uma prática impositiva, no qual os técnicos do campo do patrimônio, elegem e apresentam a comunidade, um determinado patrimônio cultural, e esperam conscientizá-la da importância de preservá-lo, como se estes sujeitos desconhecessem seu próprio patrimônio cultural.

Essas são duas das problemáticas identificadas por Tolentino (2016) como herança do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999): as ideias de alfabetizar culturalmente o outro e conscientizar a sociedade acerca da exigência de preservar o patrimônio cultural. Ao alegar que é uma demanda alfabetizar o outro culturalmente “ não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica (TOLENTINO, 2016, p. 40 - 41). E, assim como não é conveniente falar sobre alfabetizar culturalmente o outro, também não é apropriado anunciar a educação patrimonial a partir de uma ótica de conscientização da população, na qual precisa-se levar a luz do conhecimento ao outro (TOLENTINO, 2016, p. 42).

Mas se não é adequado assumir a educação patrimonial mediante uma concepção conscientizadora, o que melhor se ajustaria a uma ideia de uma educação patrimonial dialógica e democrática? Neste caso, é que se depara com a concepção de sensibilizar sobre a preservação e seus efeitos. Assim, “a perspectiva conscientizadora deve ser substituída pela sensibilização e pela participação crítica acerca do valor da paisagem patrimonial que tais grupos humanos detêm” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007 p. 87-88). Isto é, para além da sensibilização, se faz necessário desenvolver as ações de educação patrimonial que sugiram uma postura crítica e não de observação em relação a esses bens.

Todos esses pontos implicam em outra questão, que é o de reconhecer a diversidade cultural, portanto, a existência de inúmeras referências, que não se resumem aquelas de “pedra e cal” e que não diferentemente são chamadas para representar a sociedade brasileira. Ademais, sugere também, abrir espaço para que os próprios sujeitos selecionem o que para eles são suas referências ou patrimônios culturais e para que falem sobre esses. Não cabe aos agentes culturais, assim como não é democrático e dialógico, atribuir sentido e valor a um patrimônio que não é seu, bem como elegê-lo como daquela comunidade.

Nesse sentido, Tolentino (2016), diz sobre a necessidade de a educação patrimonial ter

compromisso com a diversidade cultural. Para tanto, a própria trajetória das políticas para o patrimônio cultural no Brasil nos faz refletir um pouco sobre tal problemática e o motivo pelo o qual se faz necessário ter compromisso com a diversidade.

A trajetória das políticas preservacionistas do patrimônio cultural no país nos coloca perante a um conjunto como uma totalidade bem coesa e homogênea, em que são observadas sedes de fazendas, palacetes, engenhos, fortalezas militares, igrejas, capelas, Casas de Câmara e Cadeia. Trata-se de um conjunto com poucos bens de natureza mais popular, em função de que no Brasil se optou por acompanhar o modelo francês de proteção patrimonial, voltado se a monumentalidade e excepcionalidade e, nesse caso, apagando os conflitos e as desigualdades. A título de exemplo encontra-se o tratamento que a educação patrimonial tem conferido aos bens de testemunho da colonização portuguesa, conduta que contempla a técnica, independente se essa compreende uma arquitetura de pedra e cal ou de taipa de pilão, abordando o patrimônio como objeto reificado e fetichizado, que se elucida em si mesmo (SCIFONI, 2015, p. 202).

Todavia, apesar da questão se mostrar permeada nas políticas específicas para o campo, deve e se pode romper com tais questões, quando se fala em uma educação patrimonial que pretenda ser dialógica e libertadora. Deste modo, primeiro é fundamental que em todo projeto que tome esse campo como ponto de partida que se reflita primeiramente acerca de que herança está se referindo e o que se deseja com essa transmissão. Em segundo, é indispensável uma postura problematizadora diante desse patrimônio cultural, logo, que produza a autocompreensão da sociedade, na sua totalidade com todas suas relações adversas e conflitantes do passado. Isso sugere suplantando ações que oferecem um caráter simplesmente informativo e conteudista, encaixando-se no que Freire (2001) convencionou a denominar de “concepção bancária” (SCIFONI, 2015, p. 203-204). Esse processo/projeto não deve ser conduzido de forma acrítica, sem espaço para desenvolver essas reflexões que de uma extremidade a outra do projeto serão essenciais para o resultado promissor da ação educativa.

Com efeito como pode ser notado, a maioria das problemáticas são elencadas na ausência de considerar os sujeitos dentro destes processos, e que por outro lado coloca e eleva o objeto, o dito patrimônio a um posto de maior importância até mesmo que os seus próprios detentores, ao passo que se esquece que sem uma relação de usufruto não se tem justificativa sustentáveis para sua preservação. Mas, aqui tem-se mais uma questão a ser discutida. Ela é a ideia da educação patrimonial enquanto processo, o que tanto se falou e como se denominou-a até aqui. Entretanto, como mais uma herança do Guia se acostumou a conceber a educação patrimonial não como um processo, mas sim como uma metodologia. Todavia, com isso se esquece que tal prática educativa, deve ser amparada por distintas metodologias que considerem as particularidades de cada situação, em conformidade com o público, espaços e os diversos contextos em que se está trabalhando (TOLENTINO, 2016, p. 41). À vista disso, atualmente o Iphan, em sua definição do que seria a educação patrimonial para o órgão traz essa prática educativa como um processo:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cul-

tural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 19).

Notadamente a definição atual deixa evidente esse entendimento da educação patrimonial enquanto processo. Em outras palavras, isso significa uma construção junto à comunidade detentora daqueles bens culturais, sem a qual a educação patrimonial assume outras facetas que não compatibilizam com a ideia de uma ação dialógica e democrática. Nessa perspectiva, “educação como lugar de construção de um novo conhecimento a partir do diálogo e, portanto, de uma relação horizontal que valoriza os saberes populares e o outro” (SCIFONI, 2019, p. 29).

Nessa esteira, adentra-se também em uma questão ética e social, de compromisso com a diversidade, que abre espaço para se pensar também em uma **educação patrimonial decolonial**. Essa reconhece que o colonialismo se perdura, assim como colocado por Boaventura Souza Santos, na forma da colonialidade do saber-poder, o que faz com que seja preciso refutar e irromper com os processos de dominação em relação às memórias historicamente inferiorizadas de grupos, bem como de outros segmentos sociais estigmatizados ou mesmo heterogênicos (TOLENTINO, 2018, p. 56). Muitos deles se dando por meios epistemológicos assim como igualmente apontado por Boaventura Souza Santos, ou seja, reconhecendo e colocando em xeque a ideia de um único conhecimento possível.

Assim, uma educação patrimonial que pretende ser decolonial, além de partir e realizar essa desconstrução da lógica empregada pela colonialidade, deve primar por uma construção coletiva atenta às diferenças e pautada em uma participação efetiva dos sujeitos dentro destes processos. Isto é, uma construção ética que respeite as diferenças epistemológicas e culturais.

De tal maneira, outra questão a se refletir e discutir acerca da educação patrimonial, e, portanto, a ser considerada, é seu **caráter transversal**. Habitualmente no âmbito da educação formal, a educação patrimonial, reiteradamente, fica a reboque do ensino de História, associada às visitas aos centros históricos urbanos e, por fim, se condensando em vários projetos. Predomina assim, a transmissão da historiografia tida como oficial das cidades e referente aos bens culturais, entretanto, sem levar em conta entre outros aspectos os significados que os sujeitos sociais atribuíram a esses bens culturais. Ao invés disso, defende-se que tanto no âmbito formal da educação quanto no informal, a educação patrimonial deve ser um processo transversal, logo, que não seja fechada a uma única disciplina (TOLENTINO, 2016, p. 44). Quando não se restringe a educação patrimonial apenas a uma discipli-

na, avoluma-se as possibilidades de desenvolver uma ação educativa suficiente e produtiva, ao passo que será possível pensar em diferentes dimensões das quais o patrimônio cultural é inerente.

E por fim, mas não menos importante, após algumas pontuações e reflexões lançamos a ideia de que é preciso mais que **conhecer para preservar** – referência a máxima conhecer para preservar. Tal jargão compreende-se como uma das percepções do passado que se reproduz na atualidade, bem como frequentemente usada para justificar a exigência da realização das ações educativas. Reprisada à exaustão, no transcorrer do tempo, a enunciação levou a agregação naturalizada dessa noção, de forma que se tornou uma verdade irrefutável. Nesse sentido, se a expressão apresentava algum sentido frente a seu contexto histórico de elaboração, hoje, continuar a reproduzi-la pode representar despolitizar o debate acerca da função das ações educativas no tocante a preservação do patrimônio (SCIFONI, 2019, p. 17).

No entanto, isso não significa que não é necessário e/ou válido conhecer e adquirir conhecimento sobre um bem cultural. “É certo que isso é uma condição, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais” (TOLENTINO, 2016, p. 45). Isto é, essa situação específica em torno da ideia de conhecer-levar conhecimento não necessariamente implicará na preservação de um determinado bem cultural. E é sobre essa problemática que se tem que debruçar e repensar a educação patrimonial, bem como o que se deseja com essa.

Assim sendo, diante da educação patrimonial aqui proposta e refletida, para que haja uma relação dialógica, ou seja, para que aconteça o diálogo entre os pares é preciso [...] “empatia profunda e consideração pelo olhar do outro, disposição para aprender mais do que vontade de ensinar, pois não há diálogo possível quando o profissional do patrimônio organiza sua educação patrimonial para “levar o conhecimento” produzido na repartição” [...] (SCIFONI, 2019, p. 29). E, nesse sentido, fica evidente também que tal educação patrimonial aqui pensada e defendida se repousa sobretudo, na escuta, no diálogo e na construção coletiva junta aos sujeitos e suas referências culturais.

Para tanto, ao desenvolver um projeto de educação patrimonial, lembre-se de envolver a comunidade de forma ativa dentro deste. Realizar um processo de escuta acurado, debater junto com essa o patrimônio cultural, promover a reflexão crítica, considerar todos os conhecimentos de forma ética e democrática e ao final desde realizar uma avaliação de resultados. Esse é essencial para corrigir equívocos e promover ações educativas suficientes.

Considerações finais

A partir da identificação, levantamento e análise dos projetos e ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan em Goiás, desde as primeiras desenvolvidas pela superintendência, foram identificadas ações com significativa longevidade. Aliás, observou-se um aumento expressivo de propostas no ano de 2009 em conformidade com a implantação oficial das primeiras Casas do Patrimônio no país. Mas, não indicando de forma significativa uma ligação direta com o funcionamento das Casas no Estado de Goiás. Além do mais, de forma unânime os entrevistados, servidores e ex servidores da superintendência que atuaram no órgão antes do projeto, ressaltaram que em Goiás já se trabalhava com uma concepção próxima da que o Projeto Casas do Patrimônio trazia.

Por outro lado, especialmente após esse momento, as ações apresentaram uma abordagem do patrimônio cultural mais preocupada com as diferentes dimensões patrimoniais, ou a diversidade. Nesse sentido, deve-se levar em conta que em 2000 ocorreu a publicação do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 que entre outras providências institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial, logo, incorrendo em um olhar mais atento agora para essa categoria do patrimônio cultural. Assim, compreende-se que a diversidade tratada nestas ações educativas esteja muito mais ligada às discussões internas do Iphan que introduzem a partir de então de modo mais afincado o patrimônio imaterial em suas distintas práticas, do que propriamente dito as novas concepções de educação patrimonial que englobam tantas outras questões, para além do compromisso com a diversidade.

No que se refere ao aumento no número de ações compreende-se que a temática acerca da educação patrimonial passou a receber maior atenção institucional, visto que após a reestruturação do Iphan em 2009, o órgão perdeu sua principal interface com a sociedade, no caso, os museus com a criação do Ibram. Diante dessa demanda que crescia com a saída dos museus, o órgão se voltou a educação patrimonial com mais afincado para fechar essa lacuna e assim acabou por ampliar o número de projetos executados naquele período com o endosso do patrimônio imaterial que na ocasião já vivenciava um marco legal. Logo, produz nessas propostas uma contemplação maior da diversidade. Para tanto, continua-se favorecendo a educação formal nestes processos, poucas são as que atendem a educação informal e do mesmo modo o processo de escuta permanece um fator que merece mais cuidado.

A educação patrimonial demanda essa escuta, uma construção que junto à sociedade a leve a refletir e pensar criticamente sobre suas referências culturais e os conflitos que permeiam esse campo e as estruturas sociais brasileiras. Questões sem as quais dificilmente desenvolverá uma ação educativa democrática e dialógica, e por que não decolonial. Ademais, as ações que evidentemente tinham a pretensão de se repousar sobre essas discussões mais atuais de modo mais afincado acerca da educação patrimonial, infelizmente não conseguiram ter sucesso, em razão da pandemia do covid -19, que ainda hoje, é uma realidade cotidiana.

Referências

- ALEXANDRIA, Genilda da Silva. **Narrativas de patrimônio e percepções culturais sob a ótica da cultura visual**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado – da Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás, 2011.
- BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.
- BRASIL. Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília. 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. 1937.
- BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CASCO, Ana C. A. J. Sociedade e Educação Patrimonial. 2005. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.Do?id=526>> Acesso em: 15 de novembro de 2021.
- CAVALCANTE, Silvio; CAVALCANTE, Neusa. **Barro, Madeira e Pedra: Patrimônios de Pirenópolis**, Brasília, IPHAN, 2019.
- CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, nº 3, Iphan, jan./fev. 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: A invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 113-143.
- FLORÊNCIO, S.R. Política de Educação Patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. São Paulo: Revista CPV, n. 27, edição especial, 2019, p. 55-89.
- FLORÊNCIO, S.R.. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**. IPHAN, Brasília, 2016.
- FLORÊNCIO, S.R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOT, R. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/>

uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em: 30 set. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido. 17 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_CartaDeNovaOlinda_m.pdf. Acesso em: 10 abril 2021.

IPHAN. Site oficial do Iphan. Disponível em< <http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 10 de março de 2021.

IPHAN. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília. 2018.

IPHAN. Portaria nº 137, de abril de 2016. Estabelecidas as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio . Brasília. 2016

IPHAN. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as etapas do licenciamento ambiental nas fases da pesquisa arqueológica. Brasília. 2002

IPHAN. Região centro oeste. In: GALVÃO, Marcos Antônio Pereira (Org.). **Casas do Patrimônio**, Brasília, 2010, p. 34-38.

IPHAN. In. PIRES, Selma Oliveira Bastos. **Educação Patrimonial:** memória e identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero!. IPHAN, Goiânia, 2010.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_CartaDeNovaOlinda_m.pdf. Acesso em: 10 abril 2021.

IPHAN. In. LEONEL, Maria Elisa de Moraes; VASQUES, Claudia Marina de Macedo; FERREIRA, Maria Cristina Portugal. **Conhecer para Preservar- Preservar Para Conhecer:** um projeto de educação patrimonial. IPHAN, Brasília, 1995.

LISITA, Nilda Lopes de Oliveira. **Educação patrimonial na cidade de Goiás:** vinte anos de experiência na escola de ensino fundamental da rede pública estadual. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MPGO. **Projeto Estrada de Ferro – Goiandira.** Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/goiandira>. Acesso em: 15 jun. 2021.

OLIVEIRA, Cléo A. P. de. Educação Patrimonial no Iphan. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Diretoria de Formação Profissional, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília: 2011, p. 01- 131.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação Patrimonial no Iphan:** análise de uma trajetória.

Rev. CPC, São Paulo, n.27, edição especial, 2019, p. 32-54.

QUEIROZ, Cassia Maria de. **O Projeto Viva e Reviva Goiás e suas contribuições para a Educação Patrimonial em Goiás (1999-2010)**. Relatório Técnico (Mestrado Profissional). Cidade de Goiás, PROMEP/UEG, 2021.

RUBINO, Silvana. Mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**, v. 24, p.97-105, 1996.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. São Paulo: **Revista CPV**, n. 27, edição especial, 2019, p. 14 - 31.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. IPHAN, Brasília, 2015, p. 21-30.

SEDUC/GO. **Viva e Reviva Goiás**. Cidade de Goiás. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva/goias/escola.asp>. Acesso em: 08 set. 2021.

SILVEIRA, Flávio Leonal Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra, 2007. P. 81-97. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/442>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Um mapa para outros fazeres: Territórios educativos e patrimônio cultural. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Artístico Nacional.

THOMPSON. Analucia; SOUZA, Igor Alexandre Nascimento de. A educação patrimonial no âmbito da política nacional de patrimônio cultural. **Políticas Culturais em Revista** -UFBA p. 153-170, 2015.

TOLENTINO, Atila. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Revista Sillogés**, Rio Grande do sul, v.1, n.1, p. 41-61, 2018.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 39-48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

WICHES, Camila Moraes. Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. *Museologia e interdisciplinaridade*, vol. 2, nº 6, março/abril 2015.